



PLANO DE CURSO

**CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, NA FORMA
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO**

**Brasília – DF
2021**

Reitoria

Luciana Miyoko Massukado
Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Veruska Ribeiro Machado
Pró-Reitora de Ensino

Rosa Amelia Pereira da Silva
Diretora de Desenvolvimento de Ensino

Guilherme de Freitas Kubiszeski
Coordenador Geral de Ensino

Campus Planaltina

Nilton Nélio Cometti
Diretor Geral do Campus Planaltina

Vinícius Machado dos Santos
Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Lidiane Szerwinsk Camargos
Coordenadora Geral de Ensino

Bruno Ceolin da Silva
Coordenador do Curso Técnico em Agropecuária

José Rogério de Oliveira
Coordenador de Assistência Estudantil e Inclusão Social

Lorena Silva Costa
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Comissão de Elaboração do Plano Pedagógico de Curso

Portaria nº 28/2020 - DGPL/RIFB/IFB, de 10 de março de 2020, atualizada pela Portaria de Pessoal nº 04/2021-DGPL/RIFB/IFB, de 11 de janeiro de 2021

Alessandra Ferreira da Silva
Anna Carolina da Costa Koch
Hênio Delfino Ferreira da Oliveira
Juliana Rocha de Faria Silva
Susana Suely Rodrigues Milhomem Paixão

Comissões anteriores

Portaria nº 2.372 - DGPL/RIFB/IFB, de 17 de agosto de 2018

Ronaldo Liberato Dourado
Bruno Ceolin da Silva
Ilvan Medeiros Lustosa Junior
Juliano Rosa Goncalves
Raphael Maia Aveiro Cessa
Lidiane Szerwinsk Camargos

Marcia Maria dos Santos
Carlos Vinicius Almeida de Assis
Eric Borges Ribeiro
Luan Da Silva Feitoza

Portaria 1138 - DGPL/RIFB/IFB, de 23 de abril de 2018

Ronaldo Liberato Dourado
Anna Carolina da Costa Koch
Bruno Ceolin da Silva
Caio Vinicius Leite
Elton Jose da Silva Júnior
Lidiane Szerwinsk Camargos
Márcia Maria dos Santos
Marcus Vinicius Santana

Portaria nº 461/2016 - DGPL/RIFB/IFB, de 29 de fevereiro de 2016

Venâncio Francisco de Souza Junior
Ronaldo Liberato Dourado
Alessandra Ferreira da Silva
Maria Braga Barbosa Ramos
Renato Monteiro
Dirceu Macagnan
Igor Alyson Alencar Oliveira
Ana Claudia Santana de Sousa Goncalves

Portaria nº 1798/2015 – DGPL/RIFB/IFB, de 27 de agosto de 2015

Petros Marcelino Barros
Maria Braga Barbosa Ramos
Venâncio Francisco de Souza Junior
Hênio Delfino Ferreira de Oliveira
Ronaldo Liberato Dourado
Guilherme José de Carvalho
Júlio César Bertolucci Murad
Igor Alysson Alencar Oliveira
Hamilton Marcos Guedes
Juliana Parente Matias
Ana Cláudia Santana Gonçalves

Revisor textual: Sidnei Sousa Costa

SUMÁRIO

<u>1. QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</u>	6
<u>2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</u>	7
<u>2.1. Histórico da Instituição</u>	8
<u>2.2. Caracterização da região</u>	12
<u>2.3. Histórico do Plano de Curso</u>	16
<u>3. JUSTIFICATIVA DA OFERTA</u>	17
<u>4. OBJETIVOS</u>	18
<u>5. REQUISITOS DE ACESSO</u>	19
<u>6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO</u>	20
<u>6.1. Perfil Profissional das Saídas Intermediárias.</u>	22
<u>6.2. Verticalizações e carreira do Técnico em Agropecuária</u>	23
<u>7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E FLUXOGRAMA</u>	24
<u>7.1. Educação a Distância</u>	25
<u>7.2. Itinerário Formativo</u>	26
<u>8. FLUXOGRAMA</u>	27
<u>9. MATRIZ CURRICULAR</u>	27
<u>10. EMENTÁRIO</u>	29
<u>10.1. Módulo: Assistente Agrícola</u>	29
<u>10.2. Módulo: Agricultor Polivalente</u>	37
<u>10.3 Módulo: Produtor em Pecuária Polivalente</u>	47
<u>11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS</u>	58
<u>11.1. Planejamento</u>	58
<u>11.2. Prática Profissional Orientada</u>	59
<u>11.3. Adaptações Curriculares</u>	61
<u>12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES E OPTATIVAS</u>	63
<u>13. PRÁTICA PROFISSIONAL</u>	66
<u>13.1. Prática Profissional Orientada</u>	66

<u>13.2. Estágio Supervisionado</u>	67
<u>14. PESQUISA APLICADA</u>	67
<u>15. EXTENSÃO</u>	67
<u>16. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO GLOBAL DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A APRENDIZAGEM</u>	68
<u>16.1. Avaliação Integrada</u>	70
<u>16.2. Sistemática de Avaliação</u>	71
<u>16.3. Possibilidades de recuperação do aprendizado e progressão nos estudos</u>	72
<u>16.4. Conselhos de Classe</u>	74
<u>17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO PARA o RECONHECIMENTO DE SABERES</u>	75
<u>18. INFRAESTRUTURA</u>	76
<u>18.1. Coordenações de apoio ao ensino</u>	76
<u>18.2. Unidades Educativas de produção - UEPs</u>	77
<u>18.3. Auditórios</u>	79
<u>18.4. Espaços esportivos</u>	79
<u>18.5. Laboratórios</u>	79
<u>18.6. Residência estudantil</u>	80
<u>18.7. Unidade de alimentação e nutrição (UAN)</u>	80
<u>18.8. Salas de aula</u>	80
<u>19. CORPO TÉCNICO E DOCENTE</u>	80
<u>20. CERTIFICADOS E DIPLOMAS</u>	82
<u>REFERÊNCIAS</u>	83
<u>ANEXO I - FORMULÁRIO DE INTEGRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES</u>	86
<u>ANEXO II - FORMULÁRIO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR</u>	88
<u>ANEXO III – MODELO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO</u>	2

1. QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CNPJ:	10.791.831.0001-82
Razão Social:	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Nome de Fantasia	Instituto Federal de Brasília
Unidade:	<i>Campus Planaltina</i>
Esfera administrativa:	Federal
Endereço da Unidade	Rodovia DF 128, km 21 – Zona Rural
Cidade/UF/CEP:	Brasília – DF CEP: 73.380-900
Telefone/Fax:	+55 (61) 2196-2653
E-mail de contato da Unidade:	dgpl.cpla@ifb.edu.br
Site Institucional:	www.ifb.edu.br/campusplanaltina
Área do Curso:	Desenvolvimento Educacional e Social
Coordenador de Curso	Bruno Ceolin da Silva/ bruno.silva@ifb.edu.br
Eixo Tecnológico	Recursos Naturais
Habilitação	Técnico em Agropecuária
Carga Horária Total:	1.373,26h (Carga horária total dos módulos: 1183,26h + Atividades complementares: 30h + Estágio Supervisionado Obrigatório: 160h)
Modalidade de oferta	Subsequente ao Ensino Médio
Modalidade de ensino	Presencial
Regime de matrícula	Semestral
Tempo de integralização	Mínimo de 1,5 ano e máximo de 3 anos.
Forma de ingresso	De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI)
Número de vagas por processo seletivo	40 alunos por turma.
Turno de funcionamento	Diurno
Ato autorizativo:	Resolução nº002/2009/GAB/IFB/Reitoria
Ocupação CBO associada	3211-10-Técnico Agropecuário
Certificações intermediárias	Auxiliar em Agricultura (CBO 6220-20), Agricultor Polivalente (CBO 6120-05) e Produtor Agropecuário (CBO 6110-05).

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Este Plano de Curso constitui-se em instrumento orientador do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, *Campus* Planaltina. No documento são apresentadas as informações referentes ao perfil profissional a ser desenvolvido por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, especialmente os elementos didáticos e pedagógicos para nortear o funcionamento deste curso.

Por ser um instrumento orientador, este documento tem por objetivo transformar ideias em ação, orientar a atuação dos docentes e demais educadores envolvidos na promoção de um processo pedagógico comprometido com o desenvolvimento global do estudante. Nesta perspectiva, apresenta informações importantes para promover o alinhamento das práticas pedagógicas com o mundo do trabalho, visando a formação de cidadãos habilitados para atuar como técnicos de nível médio, capacitados para um desempenho ético e profissional, com conhecimentos para o exercício de atividades produtivas que contribuam para o desenvolvimento social e econômico da sua região e do país.

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio aborda os diversos saberes necessários para a formação humana, alicerçados em uma base sólida científica, humanística, ética e democrática, visando à qualidade educacional referenciada em valores sociais que fortalecem o desenvolvimento social e individual do estudante.

O Curso Técnico em Agropecuária é ofertado desde a implantação do *Campus* Planaltina e passou por um processo de reformulação curricular, para se adequar às novas expectativas de formação integral nas dimensões social, econômica, política, tecnológica e cultural. Além disso, tratando da formação de jovens e adultos, a aprendizagem significativa ganha uma abordagem já estabelecida e com princípios, chamada de andragogia.

Segundo Beck (2015) o conceito de andragogia foi apresentado por Alexander Kapp, professor alemão, em 1823 no livro *Platon's Erziehungslehre* (Ideias Educacionais de Platão). Nessa obra Kapp descreve a necessidade de aprender ao longo da vida, o processo de autorreflexão e os objetivos claros de aprendizado. Com isso, é assegurado ao aluno saber os reais motivos de estar aprendendo e o que fará com as habilidades e competências desenvolvidas.

Com base no exposto, esta proposta, também, coloca-se com o objetivo de reconhecer práticas pedagógicas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do curso bem como incentivar e nortear metodologias que podem apoiar a integração curricular, como as

Práticas Profissionais Orientadas, as Avaliações Integradas, as Atividades Complementares, a educação a distância (EaD) e a possibilidade de formação em componentes curriculares optativos.

A reestruturação curricular do curso envolveu a elaboração da proposta de trabalho ratificada em reunião geral. O documento é resultado do mapeamento dos avanços e desafios para o curso a partir de questionários aplicados à comunidade acadêmica e aos interlocutores do mundo do trabalho. Assim, foram pactuadas visões e perspectivas, com diálogo analítico e reflexivo entre professores e demais servidores, com base nas sondagens previamente realizadas no Colegiado do Curso Técnico em Agropecuária, no dia 24 de maio de 2019. O redimensionamento do perfil profissional, a estrutura conceitual e metodológica do curso seguiu a mesma linha de diálogo para as proposições. No caso da estrutura conceitual e metodológica foram estabelecidos os eixos estruturantes do curso e a reestruturação da matriz curricular, alinhada ao perfil profissional do egresso.

Destaca-se que a reformulação foi construída a partir das contribuições da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos) e de subsídios coletados na interlocução com os setores produtivos vinculados à agropecuária, sob coordenação da Comissão instituída pela Direção Geral do *Campus* Planaltina.

2.1. Histórico da Instituição

A Escola Agrotécnica de Brasília, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, *Campus* Planaltina, foi criada em 17 de fevereiro de 1959 pelo Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek e inaugurada em 21 de abril de 1962. Esteve, então, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, com o objetivo de ministrar cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola.

As denominações das Escolas de Iniciação Agrícola e Agrotécnica para Ginásios Agrícolas e Colégios Agrícolas foram alteradas pelo Decreto nº 53.558/1964, em consonância com a Lei nº 4.024/1961, Diretrizes e Bases da Educação. Com esse ato, estabeleceu-se a integração da Escola de Didática do Ensino Agrícola ao Colégio, passando a Escola Agrotécnica a denominar-se Colégio Agrícola de Aplicação de Brasília. Em seguida, foi publicado o Decreto nº 60.731/1967, que alterou a vinculação das Escolas Agrícolas do Ministério da Agricultura subordinando-as ao Ministério da Educação e da Cultura. Todavia, com a extinção da Escola de Didática do Ensino Agrário, os colégios de aplicação retornaram à denominação anterior, Colégio Agrícola de Brasília.

O Colégio Agrícola de Brasília foi transferido para o Governo do Distrito Federal por meio do Decreto nº 82.711/1978, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal (doravante FEDF) e a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário do Ministério da Educação e Cultura. Por força do Convênio nº 1/78- FEDF, o imóvel do Colégio Agrícola foi cedido à FEDF. Dessa forma, a partir do Decreto nº 4.506/1978, o Colégio foi incorporado à Rede de Ensino Oficial do Distrito Federal.

A Portaria nº 129/2020 alterou a denominação do Colégio Agrícola de Brasília para Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília (CEP/CAB), cujo funcionamento tinha como objetivo a qualificação e a requalificação profissional, visando realizar Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, direcionados à demanda mercadológica, principalmente em sua área de abrangência.

A Lei nº 11.534/2007 criou as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e deu outras providências, dentre as quais a natureza autárquica dessas instituições. Isto como parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Desta forma, a Escola Técnica de Brasília, que estava em processo de implantação, foi transformada em Instituto Federal de Brasília (IFB) pela Lei nº 11.892/2008. Atualmente o IFB conta com dez *Campi*, dentre os quais está o *Campus Planaltina*.

O *Campus Planaltina* do Instituto Federal Brasília ocupa uma área de 1.416 hectares, sendo que aproximadamente 889,08 hectares são compostos de cerrado, preservado ou conservado, o que corresponde a cerca de 63% da área total; as demais áreas são destinadas à conservação, como: veredas, áreas de servidão ou desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção (Figura 1).

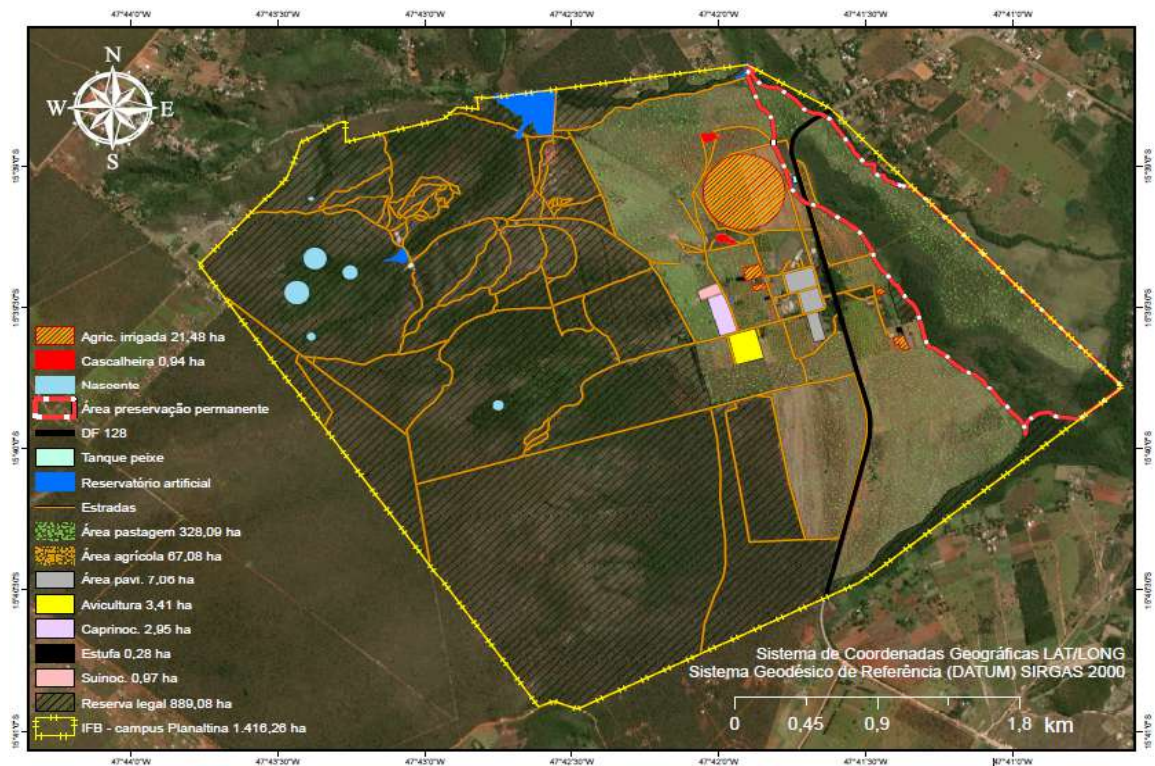


Figura 1. Área do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – *Campus Planaltina*

FONTE: Projeto Pedagógico – Curso Bacharelado em Agronomia, 2019.

A área atual do *Campus Planaltina* foi transformada em Parque Ambiental pela Lei Complementar nº 630/2002. Como Parque Ambiental, dentre seus objetivos estão: a preservação e a recuperação da área de sua abrangência, o desenvolvimento de pesquisas sobre o ecossistema local e o desenvolvimento de atividades de educação e pesquisa ambiental. Em 2010, foi constituído um grupo de trabalho para desenvolver estudos sobre a Fazenda Sálvia, local em que se encontra localizado o *Campus Planaltina*. Esse grupo teve como objetivo propor e justificar a área necessária para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O *Campus* oferece, além do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio, os cursos Subsequentes Técnico em Agropecuária e Técnico em Agroindústria, e os cursos Superiores de Tecnologia em Agroecologia, Bacharelado em Agronomia e Licenciatura em Biologia. Também disponibiliza, em período alternados cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores - FIC, tais como línguas estrangeiras, libras, informática e outras associadas à atividade técnica agropecuária propriamente, como inseminação artificial em bovinos e casqueamento, além de cursos à

distância em Meio Ambiente, Programador de Sistemas, Secretaria Escolar, Segurança do Trabalho e Auxiliar de Produção Animal (PROEJA), Horticultor (PROEJA).

A justificativa para a continuação da oferta do curso de Técnico em Agropecuária no IFB – *Campus* Planaltina pode ser revalidada pelo número de alunos matriculados, que totalizam 912 nos cursos técnicos deste *Campus*, até o 1º semestre de 2019. Acrescenta-se à referida demanda o número de alunos matriculados no Ensino Médio em locais de proveniência dos referidos alunos do IFB – *Campus* Planaltina (Figura 2). De acordo com o IBGE, em 2018, estavam matriculados no ensino médio nessas localidades 136.649 alunos. Se for considerado a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) esse número possivelmente será maior que 200.000 alunos em potencial atualmente.

O *Campus* Planaltina possui parcerias com a Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural - EMATER-DF, a Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária - EMBRAPA Cerrados, a Universidade de Brasília – UnB, *Campus* Planaltina, o Hospital Regional de Planaltina, e outras Instituições privadas do ramo da agricultura e da pecuária. O *Campus* tem buscado ampliar parcerias com a EMBRAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, entre outros.

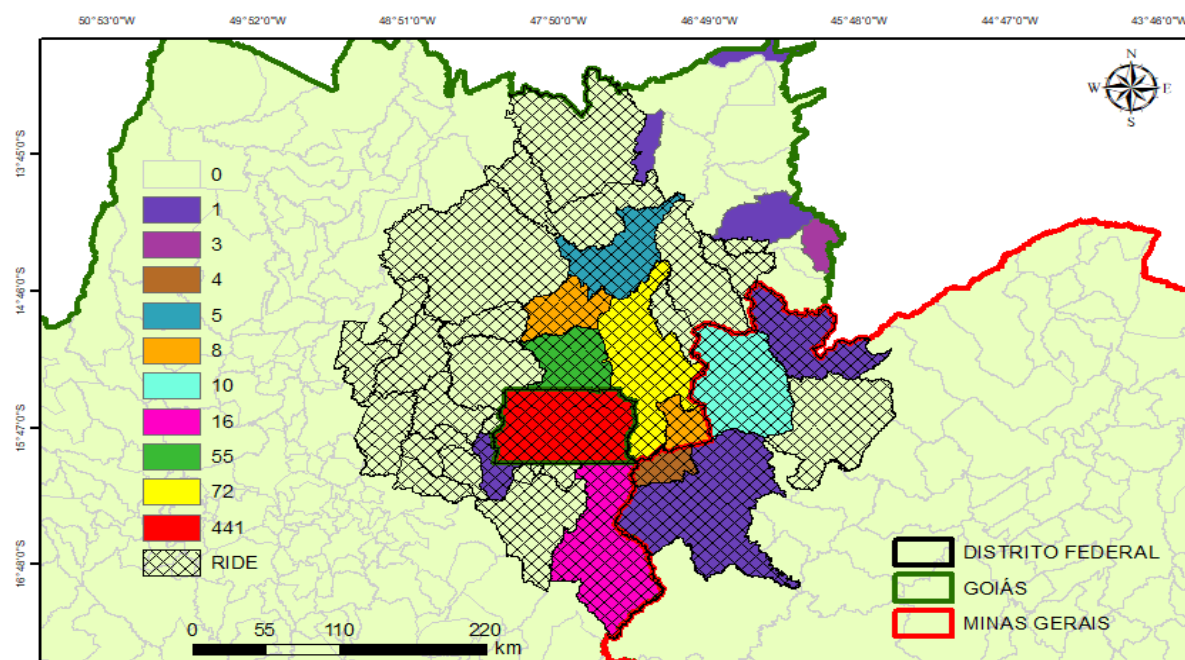


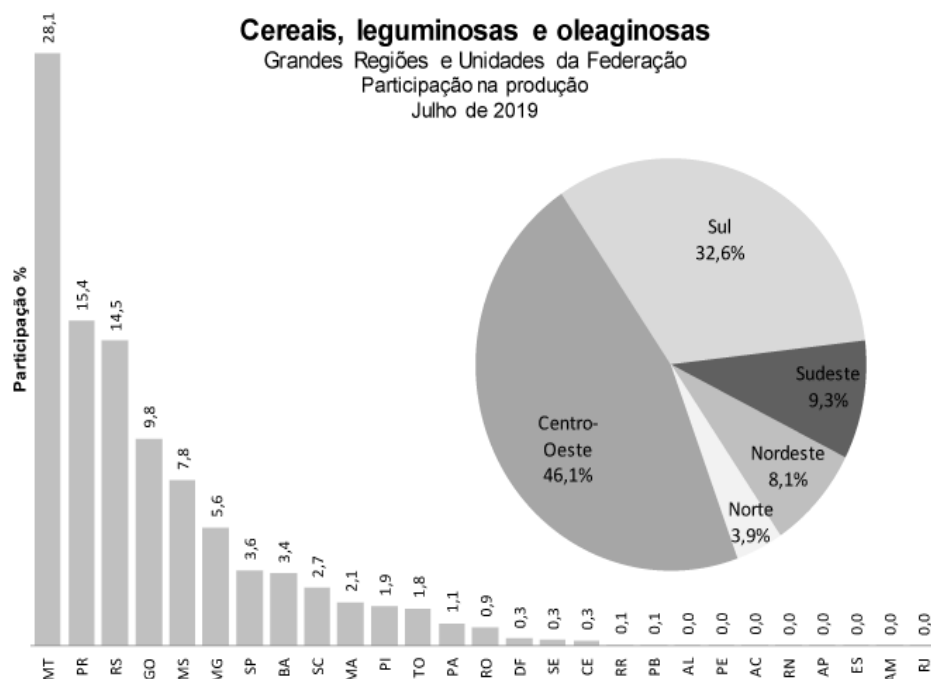
Figura 2. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) e número de alunos total por município matriculados nos cursos Técnico em Agropecuária modalidades integrado e subsequente do IFB – *Campus* Planaltina em 2019. No Estado de Goiás, têm-se os municípios de Planaltina de Goiás, Águas Frias de Goiás-GO e São João d'Aliança, Cristalina, Formosa e Mambaí. No estado de Minas Gerais, têm-se os municípios de Buritis e Unai.

2.2. Caracterização da região

O Distrito Federal situa-se no Planalto Central brasileiro, caracterizado por uma área de aproximadamente 500 mil km² de terras altas, planas e de clima ameno, que se estende para os estados de Minas Gerais e Goiás. No início da ocupação do Centro-Oeste, incentivada especialmente por políticas públicas como a Marcha para o Oeste, promovida no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), os produtores rurais encontravam muitas dificuldades devido ao solo ácido do cerrado. Desde então, muita tecnologia foi incorporada à prática agrícola. A melhoria gradual do solo, o desenvolvimento de variedades adaptadas, a qualificação crescente dos produtores, o acesso ao crédito, entre outros fatores, transformou o Centro-Oeste em importante região agrícola do Brasil, correspondendo, hoje, a 46,4% da produção de grãos (*vide* Gráfico 1) segundo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (IBGE, 2019).

Brasília e seu entorno vêm apresentando altas taxas de crescimento econômico e populacional desde a década de 1960, quando de sua fundação. Em decorrência, processou-se um povoamento denso e irregular nas áreas tradicionais de produção agropecuária. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (doravante RIDE-DF) atingiu, em 2018, 3.015.268 e 4.560.505 habitantes, respectivamente. Para atender a demanda crescente por alimentos na capital federal, a maior parte dos produtos de origem animal e vegetal vem de fora do DF, tendo os municípios que formam a RIDE-DF papel fundamental no abastecimento de produtos agropecuários.

Gráfico 1. Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas. Grandes Regiões e Unidades da Federação. Participação na produção. Agosto de 2019



FONTE: Disponível em:

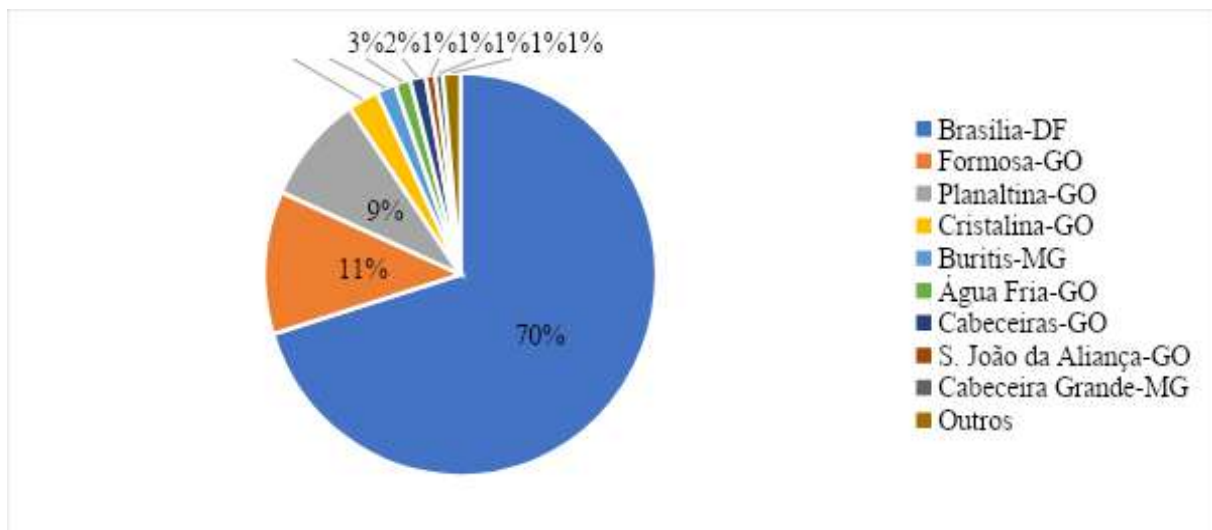
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/images/agenciadenoticias/estatisticas_economicas/2019_08/Grafico_L_SPA_junho_2019.png>. Acesso em 13 out. 2019.

A RIDE-DF foi inicialmente constituída em 1998 por dezenove municípios goianos, dois mineiros e o Distrito Federal. A última alteração na composição dessa Região Integrada foi em 2017, na ocasião, foram integrados mais doze municípios; hoje, a RIDE-DF é constituída pelo Distrito Federal, por 29 municípios do Estado de Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d’Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício) e por quatro municípios do Estado de Minas Gerais (Arinos, Unai, Buritis e Cabeceira Grande), conforme apresentado na Figura 3.

O *Campus* Planaltina se insere neste contexto de integração regional e possui condições de ampliar a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico por meio da oferta de educação profissional e tecnológica nos mais diversos níveis e modalidades nos quais pode atuar. Na atualidade, o impacto do IFB *Campus* Planaltina também pode ser percebido pelo público atingido. No quadro de matrículas, estudantes de diferentes municípios compõem o corpo discente da instituição e, inclusive, para além dos limites da própria RIDE (*vide* Figura 2). Contudo, o Distrito Federal concentra a maioria das matrículas (Gráfico 2).

O crescimento desordenado no Distrito Federal com ocupações irregulares de áreas rurais por condomínios urbanos tem concentrado a agropecuária da região em poucas áreas remanescentes, nas regiões administrativas de Brazlândia, Sobradinho e Planaltina. Por essa razão, essas localidades são as que mais demandam profissionais qualificados e atentos às necessidades de sustentabilidade ambiental e social.

Gráfico 2. Distribuição dos estudantes por município de origem



FONTE: Projeto Pedagógico – Curso Bacharelado em Agronomia, 2019.

Em função de melhor qualificação, assiste-se também a uma progressiva melhoria nos rendimentos dos trabalhadores. Pesquisas demonstram que mais anos de estudo influenciam diretamente na média salarial dos trabalhadores (IBGE, 2019). Os resultados ruins da economia brasileira na última década geraram cenários de baixa empregabilidade no Brasil. Contudo, mesmo em tempos de recessão a taxa de empregos na agropecuária, especialmente quando comparada a outros setores da economia, tem respondido positivamente, seja no cenário nacional (Tabela 1), seja no cenário do Distrito Federal

(Tabela 2), ocupando o segundo e terceiro lugares, respectivamente, na geração de empregos.

Tabela 1. Criação de empregos por setor no Brasil (2019)

Setores	Acumulado no ano (set/2019)			
	Total admissões	Total desligamentos	Saldo	Varição Empregabilidade %
Extrativa mineral	24.606	26.324	6.274	3,21
Indústria de transformação	2.058.496	1.921.227	137.269	1,91
Serviços industriais de utilidade pública	67.440	60.804	6.636	1,59
Construção civil	1.135.270	1.018.740	116.530	5,90
Comércio	2.900.947	2.931.487	-30.540	-0,34
Serviços	5.351.273	4.927.436	423.837	2,46
Administração pública	57.246	40.197	17.129	2,02
Agropecuária	813.205	728.564	84.641	5,44
Total	12.416.563	11.654.787	761.776	1,98

FONTE: Disponível em <<http://pdet.mte.gov.br/images/ftp//setembro2019/nacionais/2-apresentacao.ppt>>. Acesso em 11 nov. 2019.

Tabela 2. Criação de empregos por setor no Distrito Federal (2019)

Setores	Acumulado no ano (set/2019)			
	Total admissões	Total desligamentos	Saldo	Varição Empregabilidade %
Extrativa mineral	36	55	-19	-7,54
Indústria de transformação	13.379	12.033	1.346	3,61
Serviços industriais de utilidade pública	599	494	105	1,41
Construção civil	22.949	19.238	3.711	8,03
Comércio	57.753	56.439	1.314	0,82
Serviços	136.155	123.712	12.443	2,38
Administração pública	502	538	-36	-0,35
Agropecuária	2.436	2.237	199	3,16
Total	233.809	214.746	19.063	2,42

FONTE: Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em 11 nov. 2019

2.3. Histórico do Plano de Curso

A formação técnica deve proporcionar a compreensão global do processo produtivo e da cultura do trabalho, o que envolve além do saber tecnológico, o reconhecimento e a aplicação das habilidades necessárias à tomada de decisões. Percebe-se que o mundo do trabalho demanda cada vez mais profissionais que possuem as habilidades socioemocionais (*soft skills*) e, também, domínio sobre as principais técnicas e ferramentas tecnológicas de

sua área de formação (ABDI, 2019). Nesse sentido, na perspectiva de desenvolver o perfil profissional atual e futuro, fez-se necessária a revisão deste Plano de Curso Técnico em Agropecuária do *Campus* Planaltina, condição almejada com a publicação da Portaria nº2.372/2018/DGPL/RIFB/IFB.

Após a publicação da Portaria supracitada foi instituída uma comissão com inovações no Plano em tela, com as possibilidades de Práticas Profissionais Orientadas (PPO), com o objetivo de ressignificar e fortalecer o desenvolvimento de habilidades práticas inerentes ao perfil do técnico em agropecuária atual.

Assim sendo, a comissão responsável pela revisão do curso na modalidade integrada ao ensino médio (Portaria nº 5/2019/DGPL/RIFB/IFB) desenvolveu ações contributivas para essa proposta de revisão na forma Subsequente, a partir do mapeamento dos avanços e desafios do curso, alinhamento de visões e perspectivas, além do redimensionamento do perfil socioprofissional. Todos esses tópicos foram trabalhados com os diferentes segmentos da comunidade escolar, inclusive com profissionais atuantes do mundo do trabalho, em encontros temáticos realizados no *Campus* Planaltina durante o ano de 2019. Além de reuniões com diversos segmentos do eixo temático do curso, sondagens, questionários, entrevistas foram utilizados como instrumentos para a identificação do perfil profissional do egresso e das metodologias necessárias para a sua formação integral.

Em 2020, com o objetivo de concretizar a revisão deste Plano de Curso foram publicadas as Portarias nº 28/2020 e nº 42/2020/DGPL/RIFB/IFB. As atividades dessa nova comissão envolveram pesquisas metodológicas para alcançar o perfil profissional desejado e alinhado ao mundo, redimensionamento das estruturas conceituais e reestruturação da matriz.

3. JUSTIFICATIVA DA OFERTA

O reconhecimento da educação como instrumento de desenvolvimento humano e social contido neste documento fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e na Lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº11.892/2008). O princípio que assume a educação como caminho para a construção da autonomia pela inclusão social, pelo respeito à diversidade e pela reparação das marcas históricas de injustiças sociais sofridas pelas classes populares também é norteador deste Plano de Curso.

O Instituto Federal de Brasília - *Campus* Planaltina assume o compromisso de formação de técnicos competentes para o setor produtivo sustentável, de modo a afirmar,

cada vez mais, o protagonismo da economia nacional, visando sobretudo à formação humana integral do estudante para a sua participação ativa como cidadão na vida pública em condições de colaborar com o desenvolvimento social e econômico do Distrito Federal e do entorno. Sendo que para todas essas questões tem-se o desafio de articular a formação humanista com a preparação para o mundo do trabalho, valorizando as dimensões técnicas, ambientais, sociais, éticas, políticas, culturais e produtivas.

Essa participação ativa torna-se possível por meio de uma formação que tenha significado, que seja efetiva e envolva a capacitação para um trabalho voltado ao social. Os técnicos em agropecuária também podem atuar como agentes importantes no combate à desnutrição e à fome – em áreas da segurança alimentar, da soberania alimentar, da agricultura familiar e em processos produtivos ou educativos dos cidadãos em situação de vulnerabilidade – colaborando assim para o desenvolvimento de uma cultura pautada nos princípios da solidariedade humana e do bem-estar social.

A agropecuária faz parte de um centro dinâmico do setor produtivo e envolve atividades ligadas à lavoura, pecuária, extração vegetal, armazenamento, processamento, distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos. O setor produtivo tem uma importância estratégica, engloba os fornecedores de bens e serviços à agropecuária, os produtos agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e fluxo dos produtos agropecuários, até o consumidor final.

O *Campus* Planaltina oferta o Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio, visando suprir demandas socioeducacionais, na perspectiva de promover formação técnica qualificada ao mesmo tempo que assegura o direito à educação integral e o desenvolvimento regional.

4. OBJETIVOS

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio tem como objetivo promover a integração entre a escola e o mundo do trabalho, com conhecimentos e habilidades para o exercício de atividades sociais e produtivas sustentáveis, formando para além de profissionais, cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento local. Visa ainda, de forma específica:

- a) Atender às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mundo do trabalho, em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico sustentável local, regional e nacional.

- b) Conciliar as demandas identificadas com a vocação de formação institucional para obtenção de reais condições de viabilização desta formação.
- c) Formar profissionais que dominem os conhecimentos técnicos e científicos em seu campo de atuação, que tenham capacidade de resolver, pelo raciocínio, seus problemas cotidianos de cunho profissional, que sejam habituados a pesquisas, e por fim, que possuam valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional.
- d) Capacitar profissionais para o trabalho em equipe, capazes de se adaptar a novas situações e com boa capacidade de interação oral e escrita.
- e) Criar condições para uma aprendizagem fundamentada pela prática, por meio de metodologias que contextualizam e exercitam o aprendizado, com vistas à autonomia do educando e a sua atuação profissional.
- f) Possibilitar a atuação profissional do egresso em empresas públicas e privadas que atuam no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o setor agropecuário, instituições de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, agências de defesa sanitária, propriedades rurais, empresas de consultoria agropecuária, empresas de comércio e de representação comercial de produtos agropecuários, indústrias de insumos agropecuários, empresas de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, indústrias de processamento de produtos de origem animal e vegetal, agroindústrias, cooperativas e associações rurais.

5. REQUISITOS DE ACESSO

O acesso ao primeiro semestre do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio se dará por meio de processo seletivo, regido por edital, para estudantes que tenham concluído o ensino médio. O estudante só poderá ingressar no curso se, no ato da matrícula, apresentar o certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, conforme exigido, e demais documentações solicitadas.

Em consonância com as diretrizes de ingresso para Cursos Técnicos previstas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI, 2019) e na Resolução nº35/2020/CS/IFB, serão estabelecidas ações afirmativas com reserva de vagas para grupos historicamente excluídos dos processos educacionais e devem ser consideradas explicitamente nos editais de seleção. Serão priorizadas ações para egressos da rede pública, de escolas urbanas e rurais, pessoas com necessidades educacionais específicas ou deficiências, filhos de produtores oriundos da agricultura familiar, negros, quilombolas, indígenas e demais populações tradicionais, além de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No processo seletivo poderão ser utilizados os seguintes instrumentos:

- a) Sorteios eletrônicos, em que a inscrição para o sorteio é condicionada obrigatoriamente por palestras de esclarecimento sobre o Instituto Federal, o curso, o *Campus* Planaltina e sua área de atuação;
- b) Questionários de trajetória de vida direcionados a aspectos da vida do candidato a ingresso no IFB – *Campus* Planaltina com informações a respeito da renda familiar *per capita*, do arranjo familiar e da vida escolar pregressa do candidato, além de outras características específicas relacionadas à natureza do Curso Técnico em Agropecuária, como por exemplo, ser oriundo do meio rural.

As características que possuam maior tendência de exclusão do acesso a serviços públicos atribuir-se-ão maior pontuação. O somatório de pontos dos questionários será usado na classificação final para acesso às vagas ofertadas. Para tanto, serão observadas a legislação existente, a missão de inclusão social do IFB e o princípio da educação como direito humano associado ao da diferença social que fundamenta ações afirmativas.

O IFB - *Campus* Planaltina deseja incluir estudantes que tenham afinidade com o ambiente agrário, filhos de produtores rurais, pessoas que tenham envolvimento com a terra e com a agricultura familiar. Considerando que a família agrícola tem menor acesso aos meios de comunicação, especialmente à Internet e, com objetivo de oferecer condições objetivas no processo de inscrição como etapa do processo do seletivo, computadores são disponibilizados ao público interessado com suporte de servidores orientadores. O ingresso pode ocorrer por transferência, conforme vagas previstas em edital próprio.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Ao concluir esse curso, espera-se que o estudante tenha desenvolvido aspectos socioprofissionais alinhados ao mundo do trabalho, para que possa realizar a apreensão e a intervenção na realidade com autonomia intelectual e visão crítica, reconhecendo dimensões sociais, políticas, ambientais, culturais e produtivas, e que possa realizar escolhas fundamentadas na ética, na sustentabilidade e na justiça social. Sendo assim, no exercício do técnico em agropecuária, o concluinte:

- I) Planeja, coordena e executa processos e manejos relacionados à produção animal e vegetal, aplicando as Boas Práticas de Produção Agropecuária (BPA).
- II) Planeja, executa e monitora atividades relacionadas à conservação e manejo do solo, da água e da agrobiodiversidade.

- III) Presta assistência técnica às áreas de crédito rural e agroindustrial, de topografia na área rural, de impacto ambiental, de construção de benfeitorias rurais, de drenagem e irrigação.
- IV) Planeja, executa, monitora e fiscaliza atividades relacionadas a produção e ao beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, observando preceitos legais em vigor e condições/arranjos produtivos locais, com critérios de sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- V) Planeja, executa e monitora atividades relacionadas a logística, comercialização e marketing de produtos de origem animal, vegetal, mineral, insumos orgânicos e microbiológicos.
- VI) Desenvolve práticas associadas às tecnologias de alimentos em espaços agroindustriais, utilizando biotecnologias na produção de alimentos, com foco na segurança alimentar e no desenvolvimento de novos produtos.
- VII) Analisa, gere, elabora orçamentos, laudos e projetos, adapta inovações científicas, tecnológicas e sociais de produtos e processos, com viabilidade técnica, social, ambiental e econômica, aplicando tecnologias apropriadas.
- VIII) Desenvolve ações de apoio à pesquisa tecnológica.
- IX) Realiza procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais, respeitando as atribuições do profissional.
- X) Realiza a produção de mudas e sementes, em propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação.
- XI) Orienta projetos de recomposição florestal em propriedades rurais.
- XII) Desenvolve atribuições para implantação, manutenção e projetos de jardinagem, produção de flores e paisagismo.
- XIII) Planeja e realiza assistência técnica, associativista e/ou cooperativista, extensão e comunicação agropecuária, observando as demandas sociais, o desenvolvimento regional, aspectos ambientais e princípios éticos, favorecendo os arranjos produtivos locais com diagnósticos participativos.
- XIV) Administra propriedades agropecuárias.
- XV) Conduz, executa e fiscaliza obras e serviços técnicos compatíveis com a sua formação profissional.
- XVI) Planeja, interpreta e realiza projetos agropecuários, observando os preceitos legais com a incorporação de novas tecnologias.
- XVII) Operar, manejar e regular máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.

XVIII) Operar veículos aéreos remotamente pilotados e equipamentos de precisão para monitoramento remoto da produção agropecuária.

XIX) Treinar e conduzir equipes nas suas modalidades de atuação profissional.

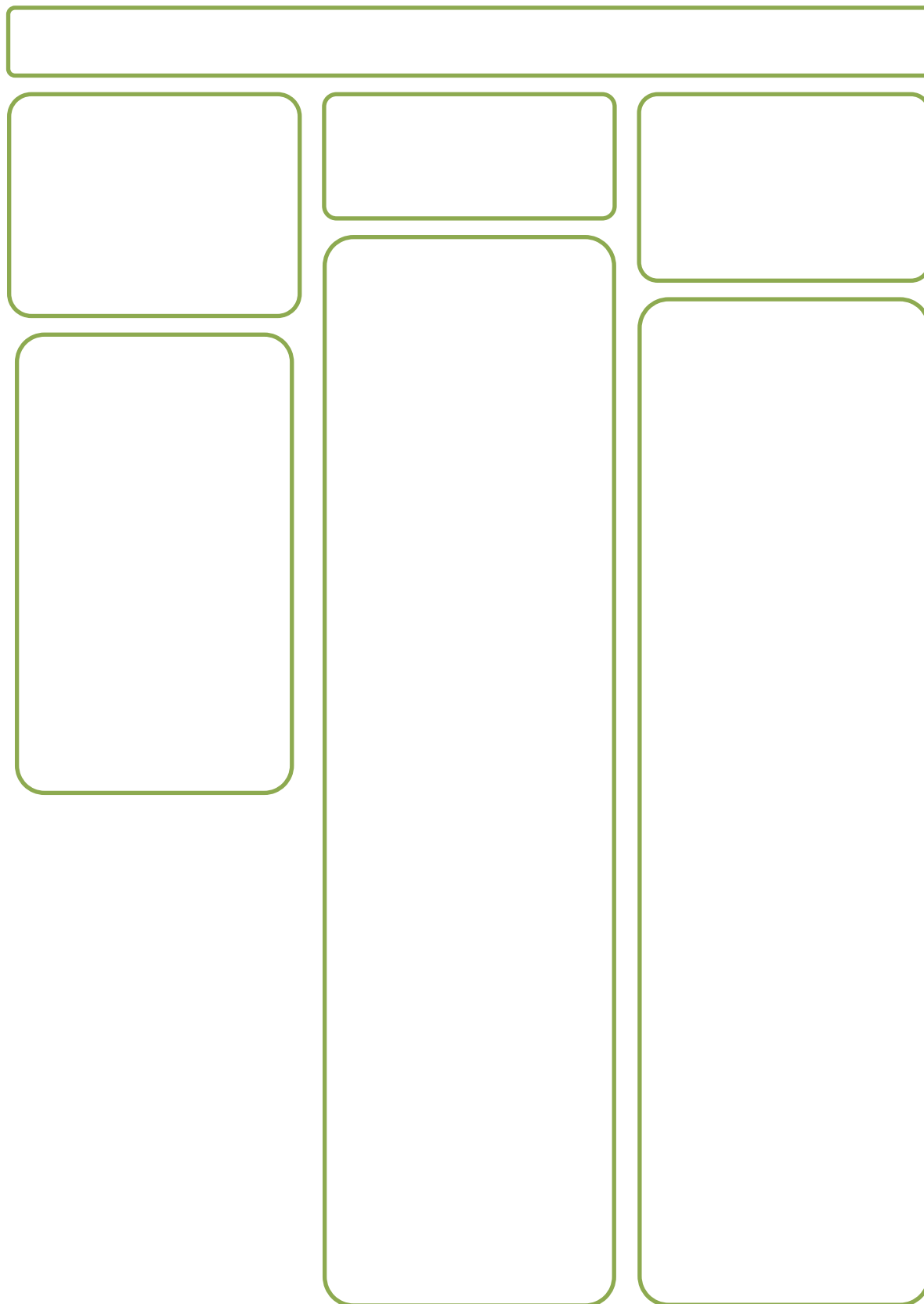
6.1. Perfil Profissional das Saídas Intermediárias.

6.1.1 Auxiliar em Agricultura (CBO 6220-20): Colhem policulturas, derriçando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana. Plantam culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidam de propriedades rurais. Efetuam preparo de mudas e sementes por meio da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais. Realizam tratos culturais, além de preparar o solo para plantio.

6.1.2 Agricultor Polivalente (CBO 6120-05): Planejam e administram unidade de produção. Preparam solo, plantam culturas e realizam tratos culturais. Colhem e comercializam produtos agrícolas.

6.1.3 Produtor em Pecuária Polivalente (CBO 6130): Manejam animais domésticos, como cães e gatos, ou animais da pecuária de pequeno, médio e grande porte, como aves, suínos, ovinos, caprinos, equinos, muares e bovinos. Cuidam da alimentação e monitoram a saúde dos animais; organizam a reprodução e controlam a criação; cultivam alimentos para os animais; preparam animais para eventos e os comercializam. Beneficiam e comercializam produtos derivados da pecuária. Higienizam instalações e equipamentos.

6.2. Verticalizações e carreira do Técnico em Agropecuária



7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E FLUXOGRAMA

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio obedece ao disposto na Constituição Federal de 1988, aos Decretos nº90.922/1985 e nº 4.560/2002 (Regulamentos do exercício profissional de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio) e à Lei nº 9.394/1996 (LDB), orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Este Plano de Curso obedece também à Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, acrescida da Resolução nº35/2020/RIFB/IFB que regulamenta o ensino técnico de nível médio no âmbito do IFB.

De acordo com o §1 do artigo 7º da Resolução nº35/2020/CS-IFB, os currículos poderão ser organizados em tempos escolares, no formato de séries anuais, semestrais, ciclos, módulos, alternância regular de períodos de estudos, alternância escola/tempo-comunidade, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar

A organização curricular do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio tem como características:

- a) Atendimento às demandas dos cidadãos, do mundo do trabalho e da sociedade.
- b) Conciliação das demandas identificadas com a vocação, a capacidade institucional e os objetivos do Instituto Federal de Brasília e do *Campus* Planaltina.
- c) Estruturação curricular que evidencia as competências gerais relacionadas ao perfil do Curso Técnico, dentro do eixo tecnológico recursos naturais, em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- d) Regime modular independente, com 3 certificações intermediárias possíveis (Auxiliar em Agricultura, Agricultor Polivalente e Produtor em Pecuária Polivalente);
- e) Inclusão do componente curricular Práticas Profissionais Orientadas (PPO), que tem por objetivo promover o processo de aprendizagem baseado na vivência dos conteúdos teóricos anteriormente apresentados no módulo.
- f) Acolhimento e valorização das atividades complementares desenvolvidas pelo corpo discente, durante toda a sua trajetória acadêmica, com carga horária contabilizada na proposta pedagógica.
- g) Uso da EaD como meio de aproximação com educação híbrida, onde essa couber como proposta pedagógica que favoreça o processo de ensino e aprendizagem, com o uso de meios e tecnologias de informação e de comunicação para realização, no limite de 20% da carga horária do curso.

O processo de ensino e aprendizagem tem como eixo balizador o perfil profissional de conclusão e realiza-se por meio das mais diversas atividades pedagógicas, com destaque para as atividades comunitárias e práticas realizadas em laboratórios, nas Unidades Educativas de Produção (UEP), dentre outros ambientes de aprendizagem, principalmente relacionados ao mundo do trabalho da agropecuária, inclusive extraescolares.

Considera-se atividade pedagógica, também, a participação do estudante em congressos, palestras, conferências, seminários, *workshops*, visitas técnicas ou outras atividades educativas que envolvam temas correspondentes à formação técnica em agropecuária integral, desenvolvidas dentro e fora da instituição. Ao concluir o curso, incluindo o estágio supervisionado e as atividades complementares, o estudante estará habilitado para atuar como Técnico em Agropecuária.

7.1. Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD) caracteriza-se como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, sendo que discentes e profissionais da educação podem se encontrar em tempos e espaços diversos.

Conforme o artigo 7º do capítulo III da Resolução 32/2019/RIFB/IFB, para os cursos do ensino médio e cursos técnicos presenciais, a proposta pedagógica pode prever atividades a distância em até 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido atendimento qualificado ao discente. Condição na qual o *Campus* Planaltina vem atuando, seja pela constante oferta de capacitação aos docentes, seja pela infraestrutura necessária, no limite das suas competências.

O registro da frequência das aulas a distância será computado pela entrega de atividades e os componentes curriculares que utilizarem essa ferramenta deverão fazer o registro do uso da ferramenta no Plano de Ensino, respeitando o limite estabelecido.

Em situações excepcionais, um componente curricular poderá extrapolar os limites de 20% no componente curricular após aprovação em colegiado de curso e readequação do limite nos demais componentes curriculares, contudo deverá ser mantido o limite de 20% de atividades EaD para o curso.

7.2. Itinerário Formativo

De acordo com Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), o itinerário formativo do Curso Técnico em Agropecuária envolve as qualificações profissionais (alinhada com a classificação brasileira de ocupações-CBO, onde couber), o curso técnico propriamente, as especializações técnicas e as graduações aderentes ao curso. O itinerário formativo tem por objetivo orientar sobre as possibilidades de verticalização, condição que permite ao aluno identificar sua carreira ou trajetória.

Considerando o Curso Técnico em Agropecuária, o estudante matriculado na forma subsequente ao ensino médio, ofertada pelo IFB, *Campus* Planaltina, terá direito a certificações intermediárias ao final de cada módulo, sendo todos independentes, ou seja, o ingresso de cada um estará de acordo com a oferta de vagas para cada módulo, via processo seletivo.

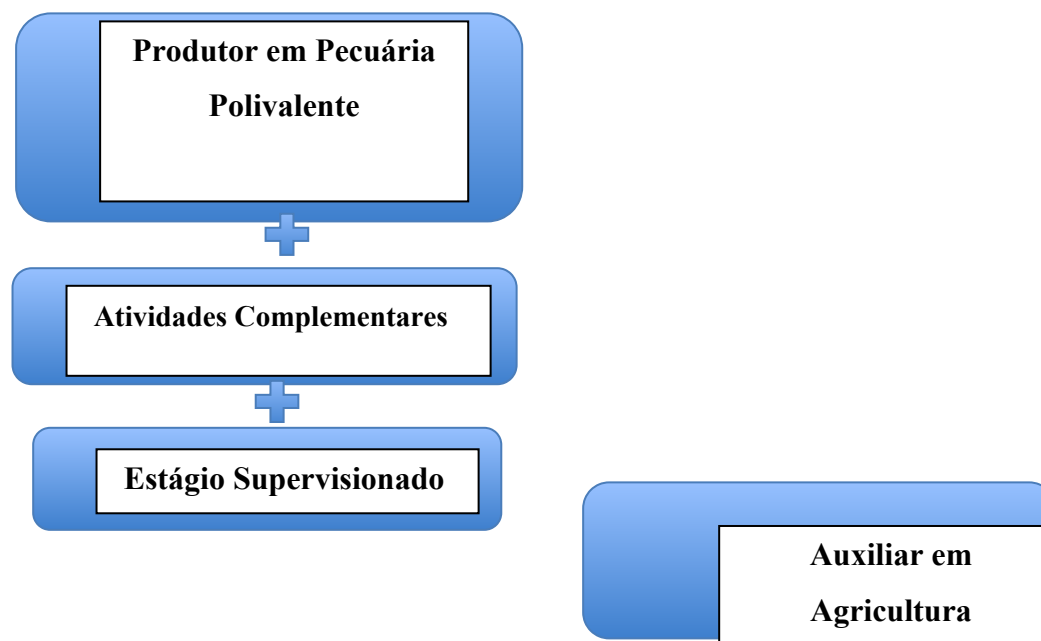
O Curso Técnico em Agropecuária, na forma subsequente ao ensino médio, ofertado pelo IFB tem duração de um ano e meio, perfazendo um total de 1.373,26 horas de Componentes Curriculares de Formação Profissional obrigatória, incluindo o mínimo de 30 horas de atividades complementares e 160 horas de estágio supervisionado obrigatório, o qual poderá ser realizado a qualquer momento após efetiva matrícula.

As atividades complementares e as disciplinas optativas têm por objetivo estimular a participação do corpo discente em ações de pesquisa e extensão, além do fortalecimento do seu processo de aprendizagem, por uma ação autônoma dos alunos ao construir suas trilhas de conhecimentos, sendo para tanto eletiva/optativa para os alunos, porém com carga mínima a ser cumprida.

O itinerário completo do curso possui 3 (três) módulos, sendo possível o ingresso em qualquer um deles, desde que haja ofertas de vagas. Contudo para a conclusão do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente faz-se necessária a conclusão dos 3 módulos, conclusão do estágio curricular supervisionado e desenvolvimento mínimo de 30 horas de atividades complementares, em que as disciplinas optativas poderão estar incluídas.

Diante desse cenário, o curso é composto pelos módulos Auxiliar em Agricultura (CBO 6220-20), Agricultor Polivalente (CBO 6120-05) e Produtor em Pecuária Polivalente (CBO 6130).

8. FLUXOGRAMA



9. MATRIZ CURRICULAR

Com o objetivo de orientar a trajetória do aluno em seu curso, observando o perfil profissional do egresso, alinhada com os dispositivos regulamentares previstos que regulam o exercício da profissão e as diretrizes presentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, propõe-se matriz curricular com a distribuição dos componentes nos módulos do curso e as respectivas cargas horárias. É válido salientar que cada hora-aula corresponde a 50 minutos, ou seja 5/6 de uma hora-relógio.

Curso Técnico em Agropecuária			
Módulo Assistente Agrícola (CBO-6220-20)	h/a total	Horas	h/a semanal
Ciência do solo	80	66,66	4
Manejo de pragas, doenças e plantas daninhas	60	50	3
Gestão ambiental e agroecologia	60	50	3
Construções rurais	40	33,33	2
Topografia	40	33,33	2
Gestão e empreendedorismo rural	60	50	3
Práticas profissionais orientadas-PPO I	80	66,66	4
Associativismo e extensão rural	40	33,33	2
	460	383	23
Módulo Agricultor Polivalente (CBO 6120-05)	h/a total	Horas	h/a semanal
Mecanização	40	33,33	2
Irrigação	60	50	3
Culturas anuais	60	50	3
Culturas perenes	80	66,66	4
Práticas profissionais orientadas-PPO II	80	66,66	4
Jardinagem e paisagismo	60	50	3
Olericultura	60	50	3
Silvicultura	40	33,3	2
	480	400	24
Módulo Produtor em Pecuária Polivalente (CBO 6130)	h/a total	Horas	h/a semanal
Apicultura	40	33,33	2
Piscicultura	40	33,33	2
Avicultura	40	33,33	2
Suinocultura	40	33,33	2
Bovinocultura	60	50	3
Alimentação animal e forragicultura	80	66,66	4
Processamento agroindustrial	60	50	3
Práticas profissionais orientadas-PPO III	80	66,66	4
Caprinocultura e Ovinocultura	40	33,33	2
	480	400	24
Carga horária total nos módulos	1.420	1.183,26h	
Atividades complementares		30h	
Estágio supervisionado obrigatório		160h	
Carga horária total		1373,26h	

10. EMENTÁRIO

10.1. Módulo: Assistente Agrícola

Módulo: Assistente Agrícola (CBO-6220-20)		Carga Horária: 460 horas/aula; 383 horas/relógio; 23 horas/semanais (previsão de 20% de atividades à distância)	
Eixo Tecnológico: Recursos Naturais			
Título da Qualificação: Assistente Agrícola			
Componente curricular	Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Ciência do Solo	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os fatores e processos de formação de solo; • Caracterizar as principais classes de solos de ocorrência nacional, conhecendo suas características, propriedades, potencialidades e limitações, bem como sua capacidade de uso e manejo sustentável; • Reconhecer o solo como um ecossistema, observando a presença e interações dos macroorganismos e microrganismos e sua importância para o crescimento e desenvolvimento das plantas e para o meio ambiente; • Entender a dinâmica da matéria orgânica no solo, bem como identificar, usar e manejar suas diferentes fontes de maneira adequada; • Conceituar fertilidade do solo, e propriedades químicas e físicas do solo; • Conhecer os nutrientes essenciais para nutrição de plantas, bem como os critérios de essencialidade; • Descrever as interações dos nutrientes com a fase sólida, líquida e gasosa do solo; • Descrever os mecanismos de transporte de nutrientes no solo; • Conceituar e avaliar a dinâmica e disponibilidade dos nutrientes; • Conhecer a interação dos solos com o ciclo hidrológico, bem como as práticas conservacionistas de solo e água e as classes de 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar o uso e manejo de Solo de acordo com suas características e propriedades físicas, químicas e biológicas utilizando práticas de conservação do solo e da água; • Planejar o manejo da fertilidade do solo e recomendar práticas que promovam melhorias nas propriedades físicas e químicas, bem como o uso adequado de corretivos, fertilizantes químicos, fertilizantes orgânicos e condicionadores do solo quando necessário; • Efetuar a amostragem do solo em superfície e subsuperfície, com diversos tipos de instrumentos; • Com base na compreensão das funções dos nutrientes essenciais na planta e da dinâmica destes no solo, estabelecer relação entre pH do solo e a disponibilidade de nutrientes para as plantas; • Calcular a CTC total, CTC efetiva, a soma de bases, saturação por bases, saturação por alumínio; • Identificar os sintomas de deficiência e/ou de excessos nutricionais nas plantas; • Identificar os níveis de fertilidade do solo e as exigências da cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores e processos de formação do solo; • Propriedades físico-químicas e morfológicas do solo; • Perfil do solo, horizontes diagnósticos e classificação dos solos. • Matéria orgânica do solo; rizosfera; fixação biológica de nitrogênio atmosférico; micorrizas. • Noções básicas de física e hidrologia do solo. • Erosão Hídrica, Erosão Eólica. • Manejo conservacionista do solo e da água. • Interações nutrientes e solo: fase sólida, líquida e gasosa. • Colóides e cargas elétricas do solo. • Disponibilidade dos nutrientes: fator intensidade, fator quantidade e capacidade tampão. • Transporte de nutrientes no solo: fluxo de massa e difusão. • Nutrientes essenciais para nutrição de plantas: funções, critérios de essencialidade, classificação, sintomas de deficiência e toxidez, fontes de fornecimento. • Diagnose do solo: amostragem e análise física e química. • Adubos e adubações. • Recomendação de corretivos e fertilizantes.

	uso e manejo do solo.		
Manejo de pragas, doenças e plantas daninhas	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as principais pragas (insetos, patógenos e plantas daninhas) existentes no meio de produção agrícola. • Compreender os principais agentes bióticos e abióticos que facilitam o dano causado pelas pragas (insetos, patógenos e plantas daninhas) às culturas. • Conhecer os métodos de controle existentes. • Conhecer o momento correto do uso do controle químico e a dosagem adequada. • Compreender a importância do uso do equipamento de proteção individual e da prevenção da contaminação do meio ambiente por agrotóxicos. • Conhecer os métodos alternativos de controle das principais pragas, insetos, patógenos e plantas daninhas. • Conhecer métodos de manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer plantas daninhas, pragas e doenças de importância agrícola. • Perceber a influência do meio ambiente no aparecimento das pragas agrícolas. • Identificar os métodos de manejo integrado de prevenção e controle de pragas, doenças e plantas daninhas. • Conhecer plantas alelopáticas. • Calcular a dosagem dos agrotóxicos para o preparo de calda herbicida e fungicida. • Realizar o preparo de caldas herbicidas e fungicidas. • Identificar os sintomas das principais fitomoléstias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Doenças de plantas: • Conhecer os agentes causais de doenças de plantas • Fungos, vírus, bactérias e nematóides. • Mecanismo de sobrevivência dos patógenos; • Mecanismos de dispersão dos patógenos; • Medidas de controle de doenças de plantas • • Insetos de importância agrônômica: • Principais características anatômicas dos insetos; • Reprodução dos insetos; • Desenvolvimento pós-embriônico dos insetos; • Ordens de insetos de importância agrônômica; • Controle de insetos, (cultural, químico, biológico, por comportamento, resistência); • • Plantas daninhas: conceitos e definições: • Ciclos de vida, habitat, hábito de crescimento; • Convivência entre plantas daninhas e plantas cultivadas; • Dispersão de plantas daninhas; • Manejo de plantas daninhas: cultural, biológico, químico e mecânico. • • Defensivos agrícolas: • Toxicidade dos defensivos agrícolas; • Precauções no manuseio de defensivos: transporte, armazenagem e aplicação; • Primeiros socorros em caso de acidentes; • Classes de defensivos quanto ao uso: fungicidas, inseticidas e herbicidas; • Métodos de aplicação de defensivos.
Gestão Ambiental e Agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> • Planeja, executa e monitora atividades relacionadas à conservação e manejo do solo, da água e da agrobiodiversidade; • Planeja, executa e monitora atividades relacionadas a logística, comercialização e marketing de produtos de origem animal, 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar os princípios da Agroecologia e a integração das dimensões técnica, social, ambiental e econômica. • Caracterizar e comparar os ecossistemas e agroecossistemas, estabelecendo relações entre os componentes bióticos e abióticos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o conceito e os pilares que fundamentam a Agroecologia; • Utilizar princípios da Agroecologia em sistemas de produção animal e vegetal; • Identificar formas e tipos de agricultura ecológica; • Planejar, orientar e acompanhar a produção e

	<p>vegetal, mineral, insumos orgânicos e microbiológicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisa, gere e adapta inovações científicas, tecnológicas e sociais de produtos e processos, com viabilidade técnica, social, ambiental e econômica, aplicando tecnologias apropriadas. • Inserir a gestão ambiental ao longo da cadeia produtiva, desenvolvendo senso crítico e conhecimentos técnicos para a avaliação, desenvolvimento e execução de projetos de gestão ambiental na área da agropecuária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar, planejar e implantar a produção orgânica e de base ecológica; • Estabelecer princípios orientadores na transição e conversão para agriculturas de base ecológica. • Dar subsídios para a inserção da gestão ambiental ao longo da cadeia produtiva, desenvolvendo senso crítico e conhecimentos técnicos para a avaliação, desenvolvimento e execução de projetos de gestão ambiental na área da agropecuária. 	<p>comercialização de produtos agroecológicos e com certificação orgânica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender o processo da Transição Agroecológica; • Conhecer a importância do uso adequado e preservação dos recursos naturais; • Conhecer a Política Nacional de Meio ambiente e legislação ambiental pertinente ao contexto da agropecuária e suas aplicações práticas.
Construções rurais	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar técnicas de desenho técnico como ferramenta de dimensionamento, planejamento e execução nas áreas de atuação profissional; • Aplicar noções básicas de tecnologia de construções ao meio agropecuário. • Orientar e acompanhar medições, demarcações e levantamentos topográficos rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender e utilizar a linguagem de representação gráfica; • Ter acesso às metodologias e técnicas de desenho como normatiza a ABNT; • Dimensionar e representar graficamente, elementos de cercas e currais, construções e instalações rurais, dentre outros; • Selecionar e quantificar os materiais básicos de construções; • Elaborar projetos de construções e instalações rurais; • Compreender e manipular unidades de medidas de distância, área e volume no sistema métrico de medida; • Compreender e manipular medidas de ângulo em graus nos sistemas decimal e sexagesimal; • Interpretar e desenvolver representações gráficas utilizando escalas; • Fazer uso de trigonometria para levantamentos planialtimétricos; • Conhecer meios para localização e orientação geográfica; • Planejar um sistema de terraceamento; • Demarcar curvas em nível utilizando diferentes métodos; • Conhecer e operar equipamentos topográficos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Letras e números; correta forma de confecção de caracteres; • Princípios básicos de desenho técnico; espessuras de linhas, rachuras, tipos de linhas; • Escalas; • Cotação de objetos e figuras; • Representação gráfica de projetos por meio de: Planta baixa, cortes e fachadas; • Construções e instalações rurais; • Dimensionamentos e equipamentos; • Materiais de construção; • Concreto e argamassas; • Telhados e madeiramento; • Instalações elétricas, sanitárias e hidráulicas; • Orçamentos; • Unidades de medidas de distância, área, volume e ângulo; • Trigonometria aplicada a topografia; • Sistema de Coordenadas; • Declinação magnética; • Sistema de Posicionamento Global; • Equipamentos topográficos.
Topografia	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar e acompanhar medições, demarcações e levantamentos topográficos rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Saber interpretar e utilizar corretamente as unidades de medidas (principalmente de 	<ul style="list-style-type: none"> • Topografia: Conceito, importância, objetivo e relação com outras ciências;

	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar, acompanhar e interpretar a representação gráfica de levantamentos topográficos rurais 	<p>distância, área, volume e ângulos), fazendo as devidas conversões quando necessárias;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fazer uso de trigonometria para levantamentos planialtimétricos; • Conhecer e operar os materiais, aparelhos e equipamentos topográficos; • Interpretar e desenvolver representações gráficas utilizando escalas; • Compreender os princípios básicos para localização e orientação geográfica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades e conversões de medida de distância, área e volume; • Distâncias horizontal, vertical e inclinada; • Unidades e conversões de medidas de Ângulo; • Escalas; • Levantamento planimétrico e altimétrico; • Materiais, aparelhos e equipamentos topográficos; • Sistemas de Coordenadas Geográficas e Sistema UTM.
Gestão e Empreendedorismo Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os conceitos relativos ao empreendedorismo; • Compreender a importância do empreendedorismo no cenário local e nacional; • Identificar oportunidades de negócios; debater características e perfil do empreendedor. • Classificar as empresas rurais. • Elaborar planejamento financeiro. • Planejar recursos humanos e proposta orçamentária. • Avaliar a viabilidade de implantação de novas tecnologias nos sistemas agropecuários. • Identificar mercados e elaborar projetos agropecuários. • Dimensionar a análise econômica e financeira dos projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar atividades administrativas. • Analisar fatores que integram a estrutura administrativa. • Realizar a avaliação econômico-financeira de empreendimentos agropecuários. • Conceituar empreendedorismo; • Caracterizar os tipos de empreendedor e de negócios; • Realizar análises financeiras e de mercado; • Elaborar CANVAS e plano de negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Rural. • Tipos de empresa. • Ambiente geral e operacional. • Tomada de decisão. • Planejamento, organização, direção e controle. • Funções administrativas: de produção, comercial, financeira e de recursos humanos. • Contabilidade rural. • Noções de gestão empresarial. • Crédito Rural. • Importância do planejamento; métodos de planejamento – orçamentação; avaliação de projetos; financiamentos de projetos; elaboração de projetos; • Indicadores econômicos e análise de viabilidade econômica –financeira; métodos de planejamento, conceito de empreendedorismo; liderança e empreendedorismo; empreendedorismo e pequenas empresas; aspectos processuais do empreendedorismo; perspectivas de ação empreendedora; tipologia de negócios agropecuários; • CANVAS e Plano de Negócios: conceito, utilidades e empregos, estrutura básica, estudos para elaboração e recomendações para apresentação.
Associativismo e Extensão Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar e interpretar as diversas formas do movimento cooperativista e das organizações sociais; • Teorizar as questões cooperativistas e organizacionais, enfocando-as na dupla dimensão: econômica e social; • Apoiar e reforçar iniciativas cooperativistas no plano da promoção humana e da transformação 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar diagnósticos das cooperativas ou das demais organizações sociais; • Analisar e gerir objetivos operacionais, organizacionais e financeiros; • Assegurar que a estrutura da organização, em todos os níveis, seja a mais eficiente para os tipos de operações desenvolvidas; • Fomentar e qualificar para a autogestão a 	<ul style="list-style-type: none"> • História do Cooperativismo; • Características do Cooperativismo; • Conceito e legislação sobre Associativismo; • Conceito e legislação sobre Cooperativismo; • Origem histórica das organizações; • Princípios do cooperativismo e do associativismo; • Formas de cooperação: associação, cooperativa e grupo informal;

	<p>das estruturas sociais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formar competências para as atividades de ensino sobre o cooperativismo, a gestão, o fomento da participação e da autogestão democrática de empreendimentos coletivos; • Estimular a pesquisa e prestar assessoria a cooperativas, associações e outras organizações da sociedade civil; • Planejar encontros, palestras e reuniões; • Planejar com produtores rurais e empresas de insumos a instalação de campo de pesquisas; • Planejar ações participativas para difusão de técnicas e tecnologias de produção; • Analisar e avaliar métodos e técnicas adotados em projetos produtivos; • Planejar assistência técnica a produtores rurais. 	<p>participação, o trabalho em grupo e o controle democrático destas organizações;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter contatos apropriados e desenvolver as articulações organizacionais necessárias com órgãos governamentais, organizações da indústria, sindicatos e outras organizações sociais parceiras e/ou que influenciam no alcance dos objetivos da cooperativa e das organizações; • Mobilizar os associados para participar das assembleias, discutir as operações e a direção da cooperativa e expressar suas necessidades de mudanças; • Organizar encontros, dias de campo, palestras e reuniões. • Aplicar técnicas de metodologias participativas. • Aplicar técnicas de dinâmicas de grupo. • Identificar características socioculturais, econômica e ambiental da região e comunidades. • Utilizar técnicas de difusão de conhecimento. • Articular ações entre produtores, comunidades e instituições. • Oferecer treinamentos aos produtores sobre novas tecnologias. • Orientar e assistir produtores rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas e implementação de programas de incentivo ao associativismo e cooperativismo; • Conceitos gerais da Extensão Rural; • Origens e Histórico da Extensão Rural no Brasil; • Fundamentação da Extensão Rural; • Principais modelos orientadores da Extensão Rural no Brasil; • O papel da Extensão no desenvolvimento da agricultura; • Modelos Contemporâneos Orientadores da Extensão Rural; • A nova Extensão Rural no Brasil: Desafios e novos paradigmas; • Caracterização de produtores rurais; • Comunidades rurais; • Perfil de Liderança; • Conceituações da agricultura familiar; • A cooperação agrícola; • Método em Extensão Rural – classificação, características e limitações; • Processos de comunicação e difusão de inovações.
Práticas Profissionais Orientadas I	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber a integração entre a teoria e a prática profissional em situações reais da produção agropecuária; • Entender o contexto de atuação do Técnico em Agropecuária por meio de práticas profissionais relacionadas à produção agropecuária; • Articular teoria e prática na área de formação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar os fundamentos teóricos vivenciados nas componentes curriculares técnicas. • Realizar estudos de caso, visitas técnicas, pesquisas de mercado, trabalhos individuais ou em grupo com respectiva elaboração de relatórios; • Desenvolver experiências agrícolas e agropecuárias orientadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Etapas do processo produtivo; • Atividades práticas aos fundamentos científicos e tecnológicos desenvolvidos nos componentes curriculares do curso tendo o trabalho como princípio educativo.

Bibliografia

<p>Ciência do Solo</p>	<p>Bibliografia básica SOUSA, Djalma Martinhão Gomes de (Editor); LOBATO, Edson (Editor) . Cerrado: correção do solo e adubação. 2. ed. Brasília: EMBRAPA, Informação Tecnológica, 2004. 416 p. LEPSCH, Igo F. Formação e conservação dos solos. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 216 p. : il, color.</p> <p>Bibliografia complementar KIEHL, Edmar José. Adubação orgânica: 500 perguntas e respostas. São Paulo: Degspari, 2008. 217 p. FREITAS, Gilberto Bernardo de (ed.) . Adubação verde. Brasília: SENAR, 2003. 91 p. : il. (Senar; 71). BRADY, Nyle C.; WEIL, Ray R. Elementos da natureza e propriedades dos solos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. xiv, 685 p.</p>
<p>Manejo de pragas, doenças e plantas daninhas</p>	<p>Bibliografia básica AMORIM, L., REZENDE, J.A.M., BERGAMIN FILHO, (eds) 2011. Manual de Fitopatologia vol. 1 - Princípios e conceitos. Ed. Agronômica CERES, São Paulo, 704p. GALLO, D.; NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R.P.L.; BATISTA, G.C.; BERTI FILHO, E.; PARRA, J.R.P.; ZUCCHI, R.A.; ALVES, S.B.; VENDRAMIM, J.D.; MARCHINI, L.C.; LOPES, J.R.S.; OMOTO, C. Entomologia agrícola. 3º ed., Piracicaba: FEALQ, 2002. 920p OLIVEIRA JR, R.S.; CONSTANTIN, J.; INOUE, M.H. (eds) 2011. Biologia e Manejo de plantas daninhas. Curitiba, Omnipax editora, 348p. (Disponível em: http://omnipax.com.br/site/?page_id=108).</p> <p>Bibliografia complementar KIMATI, H.; AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIM FILHO, A.; CAMARGO, L.E.A. (Eds). 2005. MANUAL DE FITOPATOLOGIA VOLUME 2: Doenças das Plantas Cultivadas 4ª Ed. Editora Agronômica CERES –SP. 663 p. ROMEIRO, R.S. Bactérias Fitopatogênicas. Universidade Federal de Viçosa. Imprensa Universitária. Viçosa (MG). 2005. 417p. ZERBINI, F.M. CARVALHO, M G. ZAMBOLIM, E. M. 2002. Introdução à Virologia Vegetal. Viçosa, MG, Editora UFV, 145 p.</p>
<p>Agroecologia e Gestão Ambiental</p>	<p>Bibliografia básica AQUINO, M.A.; ASSIS, R.L. Agroecologia (Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável). EMBRAPA. 2005. Brasília-DF. 517p. ALTIERE, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 400 p. 3.ed.São Paulo:,Expressão Popular, 2012. ANDRADE, R.O.B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A.B. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002. SANTOS, R.F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004, 184 p.</p> <p>Bibliografia complementar AQUINO, Adriana Maria de ed.; ASSIS, Renato Linhares de ed. Processos biológicos no sistema solo-planta: ferramentas para uma agricultura sustentável. Brasília: EMBRAPA, 2005. ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica da agricultura sustentável. Porto Alegre: ARTMED, 2002. CHABOUSSOU, F. Plantas doentes pelo uso de Agrotóxicos: a teoria da trofobiose. Tradução de Maria José Guazelli. Porto Alegre: L&PM, 1987.256p. GLIESSMAN, S. Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável.4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. MACHADO, P.A.L. Direito ambiental brasileiro. 11aed. São Paulo: Malheiros, 2003, 1064 p. IAP/SEMA-PR. Manual de avaliação de impactos ambientais. Curitiba-PR: IAP/SEMA-PR, 1993, 300 p.</p>

<p>Construções rurais</p>	<p>Bibliografia básica Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. NBR 13142 – Desenho Técnico – Dobramento de Papel. 1999 Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. NBR 10068 – Folha de Desenho – Layout e Dimensões. 1987 Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. NBR 10582 – Apresentação da folha para desenho. 1988 Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. NBR 8196 – Emprego de Escalas em Desenho Técnico. Rio de Janeiro: 1999. CARNEIRO, O. Construções Rurais. 8a. ed. São Paulo: Nobel, 1979. 719p. UNTAR, L.; JENTZSCH, R. Desenho arquitetônico. Viçosa: UFV, Impr. Universitária, 1987. 64p. CREDER, H. Instalações elétricas. 15ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007; TEIXEIRA, V.H. Construções e ambiência. Brasília: ABEAS, 1990. 117p.</p> <p>Bibliografia complementar PEREIRA, M.F. Construções Rurais. São Paulo: Nobel, 1979. 231p.; BORGES. A.C. Práticas das pequenas construções. 7a. ed. rev. amp. São Paulo: Edgar Blucher. v.I. 284p. BAUER, L.A.F. Materiais de construção. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1992. 892p. PETRUCCI, E.G.R. Concreto de cimento portland. 4. ed. - Porto Alegre: Globo. 1980. 305p. PETRUCCI, E.G.R. Materiais de construção. 3. ed.- Porto Alegre: Globo. 1978. 435 p. ROCHA, A.M. da Concreto armado. 21. ed. São Paulo: Nobel, 1985. 550p. ; MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.; FERREIRA, M.G. Produção de aves: corte. Guaíba: Agropecuária, 1993. 118p. CAVALCANTI, S. S. Produção de suínos. Belo Horizonte: Rabelo, 1980. 272p; DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de cartografia. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 208 p. (Didática).</p>
<p>Topografia</p>	<p>Bibliografia básica COSTA, Aluizio Alves da. Topografia. 1 ed. Editora LT, 2011. 144p. COMASTRI, José Anibal; TULER, José Claudio . Topografia: altimetria. 3. ed. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2003. 200 p. : il. BORGES, Alberto de Campos. Exercícios de topografia. 3. ed. São Paulo: Blucher, c1975. 192 p.</p> <p>Bibliografia complementar ZIMMERMANN, Cláudio Cesar. Apostila de Topografia I e II, Universidade Federal de Santa Catarina. 2017 ARAUJO, Cesar Augusto Siega. Apostila - Topografia Prática. UNIPAMPA. 2014. CUNHA, Sandra Baptista da ; GUERRA, Antonio José Teixeira (org.) . Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 472 p.</p>
<p>Gestão e Empreendedorismo Rural</p>	<p>Bibliografia básica SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. Administração da empresa rural: ambiente externo. 2. ed. Brasília: SENAR, 2010. (Senar; 139). ISBN 9788576640516. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. Administração da empresa rural: ambiente interno. Brasília: SENAR, 2012. (SENAR; 140). ISBN 9788576640530. VENTOLA, Adriana et al. Administração e ambiente: conhecimento do processo administrativo. 2. ed. Brasília: SENAR, 2004. 68 p.: il.; 21 cm. (Senar; 32).</p> <p>Bibliografia complementar NORONHA, José F. Projetos agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidade econômica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 269 p. OLIVEIRA, Edson Antonio de; SANTANA, Giorlando da Silva (Orientador). A importância de uma empresa Júnior no ramo da agroecologia no Instituto Federal de Brasília - campus Planaltina. Planaltina, DF: IFB, 2016. 85 f. (TCC/CPLA). Monografia (Tecnologia em Agroecologia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2016. VENTOLA, Adriana et al. Administrando. 2. ed. Brasília: SENAR, 2004. 56 p.: il.; 21 cm. (Senar; 33). ANDRADE, José Geraldo de. Introdução à administração rural. Lavras, MG: UFLA, 1996. 106 p.; 21 cm. (Edições FAEPE).</p>

Associativismo e Extensão Rural	<p>Bibliografia básica ALMEIDA, J.A. Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia. Brasília: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1989. BALEM, T. A. Associativismo e Cooperativismo. Santa Maria/RS: e-Tec Rede Brasil, 2016. BORDENAVE, J. E D. O que é comunicação rural. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 104p. FREIRE, P. Extensão ou Comunicação. 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006. RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>Bibliografia complementar BARROS, E.V. Princípios de ciências sociais para a extensão rural. Viçosa: UFV, 1994. BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial. 5. ed. Vol. 2. São Paulo: Ed. Atlas, 2009. BIALOSKORSKI NETO, S. Aspectos Econômicos das Cooperativas. Ed. Mandamentos. São Paulo, 2006. SPERRY, S.; MERCOIRET, J. Associação de pequenos produtores rurais. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. VEIGA, J. E. O que é reforma agrária. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. WICKERT, S. Associativismo. Porto alegre: Emater/RS-ASCAR, 2004.</p>
--	--

10.2. Módulo: Agricultor Polivalente

Módulo: Agricultor Polivalente (CBO 6120-05)		Carga Horária: 480 horas/aula; 400 horas/relógio; 24 horas/semanais (previsão de 20% de atividades à distância)	
Eixo Tecnológico: Recursos Naturais			
Título da Qualificação: Agricultor Polivalente			
Componente curricular	Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Mecanização agrícola	O estudante deve compreender a importância e os benefícios dos sistemas mecanizados para a agricultura a fim de tomar decisões quanto ao uso racional de máquinas e implementos agrícolas, e utilização das várias formas de energia, entender a necessidade de práticas de manutenção preventiva, melhoria e modernização dos equipamentos no contexto da agricultura de precisão. Planejar o uso dos recursos disponíveis a fim de reduzir custos e melhorar os resultados produtivos e financeiros adequados à capacidade tecnológica de cada sistema produtivo, desenvolver senso crítico para correlacionar os conhecimentos adquiridos ao longo do processo acadêmico com sua aplicação às situações do seu cotidiano de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os princípios de funcionamento e componentes dos diversos tipos de tratores agrícolas. Identificar máquinas, implementos e agrícolas. Acoplar máquinas e implementos agrícolas. Orientar e monitorar a manutenção preventiva e corretiva de tratores, máquinas e implementos agrícolas. Operar tratores agrícolas. Regular e calibrar implementos agrícolas. Orientar a execução das operações mecanizadas de preparo do solo, adubação, semeadura, plantio, pulverização, irrigação e outros tratamentos culturais, colheita, secagem, armazenagem e beneficiamento de produtos agrícolas. Aplicar os princípios da tecnologia de aplicação de produtos fitossanitários e afins. Implantar e executar soluções de agricultura de precisão. 	<ul style="list-style-type: none"> Tratores agrícolas. Motores de combustão interna ciclo Otto e ciclo Diesel. Manutenção e operação de tratores agrícolas. Máquinas e implementos, regulagem, calibração e acoplamento de máquinas e implementos agrícolas. Semeadura e plantio em sistema convencional e direto na palha. Aplicação de fertilizantes e Corretivos. Preparo inicial e período do solo. Pulverização e tecnologia de aplicação de produtos fitossanitários. Colheita. Secagem, armazenagem e beneficiamento. Custos de operações mecanizadas e projetos de mecanização agrícola.

		<ul style="list-style-type: none"> Planejar as operações agrícolas controlando os custos envolvidos. 	
Irrigação	<p>O estudante deve compreender a importância e os benefícios dos sistemas mecanizados e irrigados para a agricultura a fim de tomar decisões quanto ao uso racional dos métodos e sistemas de irrigação, água e energia. Planejar o uso dos recursos disponíveis a fim de reduzir custos e melhorar os resultados produtivos e financeiros adequados à capacidade tecnológica de cada sistema produtivo, desenvolver senso crítico para correlacionar os conhecimentos adquiridos ao longo do processo acadêmico com sua aplicação às situações do seu cotidiano de trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os diferentes métodos e sistemas de irrigação e a necessidade de drenagem agrícola. Quantificar as necessidades hídricas das culturas de interesse agrícola de acordo com as relações água-solo-planta-atmosfera. Regular, calibrar, operar e avaliar sistemas de irrigação pressurizados. Implantar técnicas de manejo da irrigação funcionais para o uso racional da água e energia. Planejar a irrigação controlando os custos envolvidos. 	<ul style="list-style-type: none"> Determinação da umidade e outras propriedades físicas do solo de interesse para irrigação. Fatores climáticos que afetam a demanda de água das culturas. Métodos de irrigação por superfície, por aspersão e localizada. Sistemas de irrigação por inundação e por sulcos. Sistemas de irrigação por aspersão convencional, carretel enrolador e pivô central. Sistemas de irrigação por gotejamento e por microaspersão. Avaliação e eficiência de sistemas de irrigação. Manejo da irrigação. Necessidade de drenagem e tipos de sistemas de drenagem.
Silvicultura	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer o cultivo e manejo das principais espécies florestais madeireiras, suas potencialidades econômicas e particularidades. Planejar e conduzir o cultivo e o manejo de ambientes nativos e plantados; Planejar e executar projetos de plantios para revegetação e reflorestamento de áreas com fins ambientais e econômicos. Planejar, implementar e conduzir viveiros florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar espécies arbóreas nativas e exóticas em especial as de uso madeireiro; Elaborar, executar e avaliar projetos de silvicultura comercial e de recuperação de áreas degradadas; Conhecer práticas silviculturas como podas e desbastes; Identificar sementes arbustivas e arbóreas, técnicas de coleta, armazenamento e germinação; Produzir mudas de espécies arbóreas; Elaborar projetos de viveiros florestais; Coletar e manejar produtos não madeireiros; Implantar e manejar sistemas agroflorestais e silvipastoril. 	<ul style="list-style-type: none"> Conceitos e princípios da silvicultura; Histórico da Silvicultura brasileira; Identificação e cultivo das principais espécies madeireiras Poda, desbastes e colheita florestal Caracterização de áreas naturais do Bioma Cerrado; Dendrologia; Revegetação, Recuperação e Restauração de áreas degradadas; Sistemas Agroflorestais; Sistemas Silvipastoril; Quebra-ventos e Cercas vivas; Estrutura, funcionamento e manejo de viveiros florestais; Produção de Mudas; Produtos não-madeireiros.
Culturas anuais	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as principais espécies de culturas anuais cultivadas na região; Conhecer a importância econômica das principais culturas anuais; Conhecer as características morfológicas e fisiológicas das principais culturas anuais 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar o planejamento da produção; Dimensionar a produção agrícola das principais espécies cultivadas na região central do Brasil; Determinar a época de plantio; Utilizar técnicas para germinação da semente; Calcular a porcentagem de germinação, quantidade 	<ul style="list-style-type: none"> Ecofisiologia das principais culturas. Qualidade bromatológica, fitossanitária e industrial de produtos vegetais. Sistemas de manejo das culturas. Rotação, consorciação e sucessão de culturas. Armazenamento e comercialização.

	<p>cultivadas no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Correlacionar a morfologia e fisiologia das principais culturas e seus tratos culturais; • Caracterizar morfologicamente as estruturas de reprodução das plantas; • Definir a viabilidade socioeconômica e ambiental dos sistemas de produção: convencional e alternativo; • Planejar a semeadura e o plantio de plantas e mudas; • Conhecer os principais tratos culturais; • Definir os métodos de prevenção, erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas; • Conhecer as principais necessidades nutricionais das culturas anuais; • Planejar e dimensionar a colheita com os respectivos armazéns e tipos de produtos. 	<p>de semente, espaçamento e profundidade de plantio;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escolher e preparar sementes; Realizar a semeadura e o plantio; • Fazer adubação de acordo com as necessidades da planta; • Realizar práticas de rotação e consorciação de culturas; • Monitoramento sistemas de irrigação; • Realizar o controle fitossanitário; • Determinar o ponto de colheita; • Quantificar a produção dimensionando o seu transporte; • Fazer a limpeza, seleção, a classificação e a padronização da produção; • Realizar a prevenção de perdas na colheita e pós-colheita. 	<ul style="list-style-type: none"> • Principais culturas da região. • Viabilidade socioeconômica e ambiental dos sistemas de produção: convencional e alternativo. • Manejo integrado • Colheita: Tipos, Métodos, Técnicas, Dimensionamento e Perdas. • Fisiologia da pós-colheita.
Culturas perenes	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e correlacionar as características morfológicas e fisiológicas das plantas perenes (fruteiras e cafeeiro) e sua adaptação climática; • Conhecer as principais espécies perenes exploradas na região e sua importância econômica; • Conhecer as principais técnicas de propagação de plantas espécies perenes; • Planejar, executar e monitorar cultivos protegidos, viveiros e casas de vegetação; • Planejar a semeadura e o plantio de mudas; • Conhecer os principais tratos culturais aplicadas as espécies perenes; • Planejar e dimensionar a colheita, pós-colheita, armazenamento, transporte e comercialização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar a produção das espécies perenes (fruteiras e cafeeiro) de acordo com as características morfológicas e fisiológicas das plantas e a demanda de mercado; • Nomear as estruturas morfológicas das plantas; • Utilizar os métodos de propagação assexuada: estaquia, mergulhia e enxertia e alporquia; • Instalar e manter viveiros e casas de vegetação em padrões exigidos pela legislação vigente; • Dimensionar espaçamento e o tamanho dos canteiros, covas e sulcos de plantio; • Produzir sementes e mudas de acordo com a legislação vigente; • Selecionar e classificar as sementes, bem como, utilizar técnicas de quebra de dormência e vernalização; • Fazer recomendação de calagem e adubação de acordo com a análise de solo; • Fazer os diferentes tratos culturais nas plantas perenes (tutoramento, podas, desbrota, raleio, desrama); • Identificação de pragas, doenças e plantas daninhas, bem como, a utilização dos métodos 	<ul style="list-style-type: none"> • Características botânicas das principais espécies perenes (fruteiras e cafeeiro): sistemática, morfologia, espécies e variedades. • Arquitetura e morfologia da plantas perenes: estruturas florais, polinização e fertilização. Aspectos agrônomicos, econômicos e fisiológicos. • Zoneamento agroclimático. • Tipos de propagação sexuada e assexuada. • Sistemas de produção (monocultivo, exploração agroindustrial, cultivos mistos, agrofloresta). • Formação, estrutura interna e externa do fruto e ou semente (dormência, quiescência, germinação e vigor das sementes). • Características agrônomicas desejáveis de uma planta matriz. • Cultivos protegidos: casa de vegetação, estufa e viveiro. • Tipos de recipientes e substratos utilizados na produção de mudas. • Manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas, incluindo o monitoramento e o controle (GPS, Aplicativos, Inimigos Naturais, Pesticidas, Armadilhas).

		<p>integrados de controle;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Determinar o ponto de colheita; • Fazer o tratamento pós-colheita; • Quantificar a produção dimensionando o seu transporte e armazenamento; • Fazer a limpeza, seleção, a classificação e a padronização da produção; • Aplicar as técnicas de amadurecimento; • Selecionar tipos de embalagens adequadas para os diversos produtos; • Conhecer as estratégias de mercado para uma melhor comercialização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores físicos que afetam a colheita e a pós-colheita. • Colheita: determinação do ponto de colheita, tipos, métodos, técnicas, dimensionamento e perdas. • Pós-colheita: dimensionamento, transporte, limpeza, seleção, classificação e padronização, embalagem, armazenagem e perdas. • Controle de pragas e doenças em pós-colheita. • Adequação do processo produtivo das culturas dentro da Legislação vigente.
Jardinagem e Paisagismo	<ul style="list-style-type: none"> • Executar um projeto paisagístico. • Fazer a implantação e manutenção de jardins. • Conhecer os tipos de solos, corretivos e adubos utilizados em jardim. • Realizar a adubação e cálculos de corretivos de solo para crescimento de plantas ornamentais e gramados. • Realizar o manejo das plantas daninhas, doenças e pragas das espécies ornamentais. • Conhecer as principais plantas utilizadas em jardins e em vasos. • Conhecer os estilos de jardim. • Conhecer os tipos de gramados. • Reconhecer a importância do paisagismo no bem-estar humano e dos animais. • Conhecer as espécies nativas como componentes dos biomas, especialmente do Bioma Cerrado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades de implantação e manutenção de jardim e produção de plantas ornamentais. • Planejar instalação de viveiros. • Conhecer a legislação de sementes e mudas. • Identificar e avaliar as formas de propagação de plantas e produção de mudas. • Executar atividades de poda. Formar e plantar: canteiros, bosques, gramados e cercas vivas. • Valorizar o uso de espécies nativas da flora brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Botânica aplicada ao jardim, paisagismo e floricultura. • Propagação de plantas. • Viveiro e produção de mudas. • Solos: manejo, correção e adubação. • Substratos. • Estilos de jardins (jardins de nativas). • Espécies de plantas nativas de uso no paisagismo e floricultura. • Palmeiras e árvores de importância ornamental. • Manejo fitossanitário (inseto e doença) e de plantas daninhas. • Gramados – tipos, implantação e manejo e irrigação. • Produção de flores: de corte e em vaso • Projeto paisagístico (introdução, conceitos, legislação). • Projeto paisagístico (interpretação e execução do projeto).
Olericultura	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e correlacionar as características morfológicas e fisiológicas das plantas olerícolas e sua adaptação climática; • Conhecer as principais olerícolas e suas variedades cultivadas no Brasil e sua regionalização e sua importância econômica; • Conhecer as principais formas de propagação de plantas olerícolas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar a produção olerícola de acordo com as características morfológicas e fisiológicas das plantas de acordo com demanda de mercado; • Nomear as estruturas morfológicas das plantas; • Utilizar os métodos de propagação assexuada: estaquia, mergulhia e enxertia e alporquia; • Escolher plantas matrizes de alto potencial agrônomo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Botânica das plantas olerícolas: sistemática e morfologia. Espécies, variedades, cultivares e progênies. • Órgãos das Plantas. • Arquiteturas das plantas. • Aspectos econômicos. • Fisiologia de plantas. • Zoneamento agroclimático.

	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, executar e monitorar cultivos protegidos, viveiros e casas de vegetação; • Planejar a semeadura e o plantio de mudas; • Conhecer os principais tratos culturais das plantas olerícolas; • Planejar e dimensionar a colheita, pós-colheita, armazenamento, transporte e comercialização; • Caracterizar as plantas aromáticas usadas na produção de alimentos; • Caracterizar os métodos de obtenção de produtos agroindustriais contendo condimentares; • Reconhecer os fundamentos científicos da tecnologia para a produção de derivados e conservação de hortaliças; • Avaliar as boas práticas de fabricação no processamento de hortaliças. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalar e manter viveiros e casas de vegetação em padrões exigidos pela legislação vigente; • Dimensionar espaçamento e o tamanho dos canteiros, covas e sulcos de plantio; • Produzir sementes e mudas de acordo com a legislação vigente; • Calcular a porcentagem de germinação, quantidade de semente, espaçamento e profundidade de plantio; • Selecionar e classificar as sementes; • Utilizar técnicas de quebra de dormência e vernalização; • Realizar a semeadura e o plantio; • Fazer adubação de acordo com a análise de solo; • Fazer os diferentes tipos de poda das plantas olerícolas; • Realizar o planejamento da irrigação; • Fazer o reconhecimento de plantas daninhas, pragas e doenças; • Utilizar os métodos integrados de prevenção e controle de pragas, doenças e plantas daninhas; • Determinar o ponto de colheita; • Fazer o tratamento pós-colheita; • Quantificar a produção dimensionando o seu transporte e armazenamento; • Fazer a limpeza, seleção, a classificação e a padronização da produção; • Aplicar as técnicas de amadurecimento; • Selecionar tipos de embalagens adequadas para os diversos produtos; • Aplicar as técnicas de acondicionamento adequado de produtos; • Relacionar etapas do processo de transformação da matéria-prima em produto acabado; • Fazer análises da qualidade dos produtos; • Aplicar os fundamentos científicos da tecnologia de hortaliças; • Conhecer as estratégias de mercado para uma melhor comercialização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturas florais. • Polinização e fertilização. • Tipos de propagação sexuada e assexuada • Formação, estrutura interna e externa do fruto e ou semente. • Dormência, germinação e vigor da semente. • Características agrônômicas desejáveis de uma planta matriz. • Cultivos protegidos: Casa de vegetação, estufa e viveiro. • Tipos de recipientes e substratos utilizados na produção de mudas. • Manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. • Normas sobre saúde e segurança no trabalho. • Monitoramento de pragas, doenças: Métodos e Técnicas, Ferramentas e Utensílios. • Fatores físicos que afetam a colheita e a pós-colheita. • Colheita: Determinação do ponto de colheita, Tipos, Métodos, Técnicas, Dimensionamento e Perdas. • Pós-colheita: Dimensionamento, Transporte, Limpeza, Seleção, Classificação, Padronização, Embalagem, Armazenagem e Perdas. • Controle de pragas e doenças em pós-colheita. • Adequação do processo produtivo das culturas dentro da Legislação vigente; • Transformação da matéria-prima em produto; • Tecnologia de produção agroindustrial. • Equipamentos. Métodos de conservação.
Práticas Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber a integração entre a teoria e a prática profissional em situações reais da produção 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar os fundamentos teóricos vivenciados nas componentes curriculares técnicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Etapas do processo produtivo; • Atividades práticas aos fundamentos científicos e

Orientadas II	agropecuária; <ul style="list-style-type: none"> Entender o contexto de atuação do Técnico em Agropecuária por meio de práticas profissionais relacionadas à produção agropecuária; Articular teoria e prática na área de formação. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar estudos de caso, visitas técnicas, pesquisas de mercado, trabalhos individuais ou em grupo com respectiva elaboração de relatórios; Desenvolver experiências agrícolas orientadas: elaboração, execução, comercialização e a análise de seus resultados. 	tecnológicos desenvolvidos nos componentes curriculares do curso tendo o trabalho como princípio educativo. <ul style="list-style-type: none"> Práticas Profissionais em: Olericultura, Jardinagem e Paisagismo, Culturas Perenes, Culturas Anuais, Mecanização e Irrigação.
----------------------	--	--	--

Bibliografia

Módulo Agricultor Polivalente	
Mecanização agrícola	<p>Bibliografia básica BALASTREIRE, L. A. Máquinas agrícolas. São Paulo: Editora Manole, 1990. 307 p. BERNARDO, S.; MANTOVANI, E. C., SILVA, D. D. SOARES, A. A.. Manual de irrigação. 9 ed. atual. amp. Viçosa: Editora UFV, 2019. 545p. MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação: princípios e métodos. 3 ed. Viçosa: Editora UFV, 2009. 358p.</p> <p>Bibliografia complementar AGUIAR NETTO, A. O.; BASTOS, E. A. Princípios agrônômicos da irrigação. Brasília: Embrapa Informação e Tecnologia, 2013. 264 p. ALBUQUERQUE, P. E. P.; DURÃES, F. O. M. Uso e Manejo da Irrigação. Brasília: Embrapa Informação e Tecnologia, 2008. 528 p. COMETTI, N. N. Mecanização Agrícola. 1. ed. Curitiba: Livro Técnico, 2012. v. 1. 160 p. LOPES, J. D. S.; LIMA, F. Z.; OLIVEIRA, F. G. Irrigação por aspersão convencional. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2009. 333 p. MOLIN, J. P.; AMARAL, L. R.; COLAÇO, A. F. Agricultura de precisão. 1.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. 238p.</p>
Irrigação	<p>Bibliografia básica BALASTREIRE, L. A. Máquinas agrícolas. São Paulo: Editora Manole, 1990. 307 p. COMETTI, N. N. Mecanização agrícola. Colatina: EAFCOL, 2007. 152 p. COMETTI, N. N. Mecanização Agrícola. 1. ed. Curitiba: Livro Técnico, 2012. v. 1. 160 p. MIALHE, L.G..1116. Máquinas Agrícolas: Ensaio & Certificação. Piracicaba, SP: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 1996. PACHECO, E. P. Seleção e custo operacional de máquinas agrícolas. Rio Branco, AC: Embrapa, 2000. 21 p. (Embrapa Acre. Documentos, 58). Disponível em: <http://www.cpaufac.embrapa.br/pdf/doc58.pdf>. Acesso em: 17 set. 2010.</p> <p>Bibliografia complementar COMETTI, N. N. Mecanização Agrícola. 1. ed. Curitiba: Livro Técnico, 2012. v. 1. 160 p. LOPES, J. D. S.; LIMA, F. Z.; OLIVEIRA, F. G. Irrigação por MOLIN, J. P.; AMARAL, L. R.; COLAÇO, A. F. Agricultura de precisão. 1.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. 238p. SILVA, S. L. Máquinas e mecanização agrícolas: tratores agrícolas. Cascavel: Faculdade Assis Gurgacz, 2005. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/o-trator-maquinas-agricolas-pdf-a29357.html>. Acesso em: 7 jun. 2011. SILVEIRA, G. M. da. Os cuidados com o trator. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 301 p. (Série mecanização; v. 1)</p>

Silvicultura	<p>Bibliografia básica GALVÃO, A.P.M. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais, Brasília, EMBRAPA, 2000 LORENZI, H. Árvores brasileiras. Vol.1 São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora,1992. MICCOLIS, A. Restauração Ecológica com Sistemas Agroflorestais: como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga. Brasília: ISPN/ICRAF, 2016. SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa; RIBEIRO, José Felipe. Cerrado: Ecologia e Flora - Vol. 1. Brasília-DF Embrapa Informação Tecnológica, 2008.</p> <p>Bibliografia complementar LORENZI, H. Árvores brasileiras. Vol. 2 São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora,1992. PAIVA, H. N.; GOMES, J. M. Propagação vegetativa de espécies florestais. Viçosa, MG: UFV, Impr. Universitaria, 2005. 46 p DANIEL, O. Silvicultura sustentável: métodos e práticas. FCA/UGD, 2010. 180p. LORENZI, H. Árvores brasileiras. Vol. 3. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2009. OLIVEIRA, Maria Cristina de. Manual de viveiro e produção de mudas: espécies arbóreas nativas do Cerrado. Editora Rede de Sementes do Cerrado, Brasília-DF, 2016.</p>
Culturas anuais	<p>Bibliografia básica BELTRÃO, N.E.M. (Org.). O agronegócio do algodão no Brasil. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de tecnologia, 1999. v.1, p.1-491. BELTRÃO, N.E.M. (Org.). O agronegócio do algodão no Brasil. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de tecnologia, 1999. v.2, p.491-1023. BRESEGHELLO, F.; STONE, L.F. (Ed.). Tecnologia para o arroz de terras altas. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 1998. 161p. DOURADO-NETO, D.; FANCELLI, A.L. Produção de feijão. Guaíba: Agropecuária, 2000. GALVÃO, J.C.C.; MIRANDA, G.V. Tecnologias de produção do milho. Viçosa: UFV, 2004. 366p. ARAUJO, R.S.; RAVA, C.A.; STONE, L.F.; ZIMMERMANN, M.J.O. Cultura do feijoeiro comum no Brasil. Piracicaba: Associação Brasileira para Pesquisa da Potassa e do Fosfato, 1996. 786 p.</p>
Culturas Perenes	<p>Bibliografia básica ALVES, E.S. A cultura da banana: aspectos técnicos, socioeconômicos e agroindustriais. Embrapa. Brasília, 1997. Cultivares de café: origem, características e recomendações. Editora Embrapa Café, Brasília, 2008, 334p. CAB International. 1994. 254p. Jaboticabal, 1998. 387 FERRÃO, M.A.G.; MUNER, L.H. Café Conilon. Vitória, ES: Incaper, 2007. 702p. REIS, P.R.; CUNHA, R.L. Café Arábica: do plantio à colheita. 1 ed.:Lavras, MG: Epamig, 2010, v. 1, 896p.</p> <p>Bibliografia complementar DUBOIS, J.C.; VIANA, V.M.; ANDERSON, A.B. Manual agroflorestal para Amazônia. V.1. Rio de Janeiro: REBRAP, 228p., 1996. RICCI, M.S.F.; FERNANDES, M.C.A.F.; CASTRO, C.M. Cultivo orgânico do café: recomendações técnicas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 101p. SILVA, J.B.C.; ZAMBOLIN, L. Café - produtividade, qualidade e sustentabilidade. 01. ed. Viçosa: UFV, 2000.</p> <p style="text-align: right;">CARVALHO, C.H.S. DAVIES, F.S.; ALBRIGO, L.G. Citrus. RUGGIERO, C. Maracujá: do plantio à colheita. FUNEP. FERRÃO, R.G.; FONSECA, A.F.A.; BRAGANÇA, S.M.;</p>
Jardinagem e Paisagismo	<p>Bibliografia básica GALVÃO, A.P.M. (Ed.) Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia; Colombo: Embrapa Florestas, 351p. 2000.</p> <p>Bibliografia complementar FARIA, R.T.; ASSIS, A.M.; COLOMBO, R.C. Paisagismo. Edição 2. Londrina: Editora Mecnas, 2018. 141p. DOURADO, G.M. Modernidade Verde: Jardins de Burle Marx. São Paulo: Editora: EDUSP e Coedição Editora Senac. 2009. 388p. FORTES, V.M.; PAIVA, H.N.; GONÇALVES, W. Pragas e Doenças do Jardim. São Paulo: Editora Aprenda Fácil, 2002.189p. LORENZI, H. Árvores Brasileiras: Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil. Edição 2. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2016. 384p. BENCHIMOL, R.L.; ISHIDA, A.K.; CONCEIÇÃO, H.E.O. Doenças Causadas por Fungos, Bactérias e Vírus em Plantas Ornamentais. Brasília, DF: Embrapa, 2016. 87p. KINUPP, V. F. Plantas Alimentícias não Convencionais- PANC no Brasil. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2014. 768p. LOPES, R. Palmeiras Nativas do Brasil. Brasília, DF: Embrapa, 2015. 432p.</p>

Olericultura	<p>Bibliografia básica FILGUEIRA, F. A. R. Novo Manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa MG: UFV, 2008. 421 p. FONTES, P. C. R. Olericultura: Teoria e prática. Editor. Viçosa: MG; UFV. 2005. 486 p. LOPES, C. A.; SANTOS, J. R. M. Doenças do tomateiro. Brasília, DF: Embrapa-CNPq: Embrapa-SPI, 1994. 67 p.</p> <p>Bibliografia complementar MAGALHÃES, J. R. Diagnóstico de desordens nutricionais em hortaliças. Brasília, EMBRAPA, DPV, 1988, 64 p. SILVA, J. B. C.; GIORDANO, L. B. (Org.) Tomate para processamento industrial. Brasília: EMBRAPA Comunicação para transferência de tecnologia: Embrapa-CNPq, 2000. 169 p. PEREIRA, A. da S. & DANIELS, J. (Eds.). Cultivo da batata na Região Sul do Brasil. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 567 p.</p>
---------------------	---

10.3 Módulo: Produtor em Pecuária Polivalente

Módulo: Produtor em Pecuária Polivalente (CBO 6130)		Carga Horária: 480 horas/aula; 400 horas/relógio; 24 horas/semanais (previsão de 20% de atividades à distância)	
Eixo Tecnológico: Recursos Naturais			
Título da Qualificação: Produtor em Pecuária Polivalente			
Componente curricular	Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Apicultura	<ul style="list-style-type: none"> Planejar, instalar e monitorar apiários e/ou meliponários. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver habilidades e analisar economicamente e tecnicamente a viabilidade da implantação de uma criação de abelhas; Conhecer os diversos sistemas de criação de abelhas; Planejar as criações de abelhas. 	<ul style="list-style-type: none"> Conceitos, importância e histórico da apicultura/meliponicultura, Biologia das abelhas, meliponas, trigonas e apis, Instalações, equipamentos, ferramentas e outros instrumentos utilizados para criação, Planejamento e instalação de apiário e meliponário, Principais plantas nectíferas para implantação de pasto apícola, Apicultura e meliponicultura fixa e migratória, Povoamento de apiários e meliponários e manejo geral, Revisão, divisão e união de famílias, Extração e processamento dos produtos das abelhas.
Piscicultura	<ul style="list-style-type: none"> Planejar, instalar e monitorar granjas piscícolas. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver habilidades para trabalhar de forma sustentável com piscicultura; Conhecer os sistemas dessas criações, com foco na construção do conhecimento para alcançar a aprendizagem; Planejar em toda sua amplitude criação de peixes. 	<ul style="list-style-type: none"> Histórico e importância da atividade, panorama da piscicultura no mundo e no Brasil; Classificação dos peixes; Anatomia e fisiologia básica dos peixes; Hábito reprodutivo; Sistemas de criação; Tipos de criação monocultivo e policultivo; Consortação e integração,

			<ul style="list-style-type: none"> • Principais espécies de peixes de interesse piscícola; • Hábito alimentar, nutrição e alimentação dos peixes; • Construção de viveiros e de estruturas e espaços para o cultivo de peixes; • Manejo em piscicultura: preparo dos viveiros, calagem, adubação, peixamento, biometria, arraçamento, monitoramento da qualidade da água, sanidade, prevenção e controle de doenças na piscicultura.
Avicultura	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e avaliar a importância sócio-econômica e a evolução da avicultura no país e no mundo; • Reconhecer as principais raças e linhagens; • Planejar, implantar e manejar a criação de aves em diferentes sistemas; • Avaliar o mercado consumidor de carne e ovos; • Conhecer todas as etapas do manejo de ovos incubáveis; • Dimensionar e orientar projetos de avicultura voltados à realidade das propriedades rurais; • Interpretar a legislação e normas pertinentes; • Planejar, orientar, avaliar e monitorar as tecnologias de beneficiamento e produção agroindustrial de produtos cárneos e derivados de aves; • Reconhecer os princípios de processamento e conservação de ovos e carnes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Enumerar critérios técnicos e econômicos para a realização de mudas forçada; • Manejar corretamente os ovos incubáveis desde a coleta até a incubação artificial; • Diferenciar os sistemas de criação; • Formular e preparar rações balanceadas para aves de corte e postura nas diferentes fases de criação; • Executar atividades de reprodução natural e artificial; • Conhecer as principais doenças das aves e vacinas obrigatórias; • Cumprir legislação e normas pertinentes; • Aplicar tecnologias de produção para obtenção de produtos agroindustriais derivados de carne e ovos de mesa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Histórico e situação da avicultura no Brasil e no Mundo; • Produção de ovos; • Manejo pré-incubação de ovos incubáveis; • Incubação artificial de ovos; • Manejo de aves corte e postura; • Principais raças e linhagens; • Sistemas de criação de aves de corte e postura; • Orientação e dimensionamento na construção de aviários; • Equipamentos e utensílios para aviários; • Tipos de cama para aviários; • Controle zootécnico das criações; • Características climáticas e topográficas das áreas avícolas; • Legislação pertinente, • Noções básicas de nutrição animal; • Principais regiões produtoras de aves de corte e postura; • Principais doenças e controle sanitário do aviário; • Conservação e qualidade de carne e ovos de mesa; • Processamento e obtenção de produtos agroindustriais derivados de carne e ovos de mesa.
Suinocultura	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e avaliar a importância 	<ul style="list-style-type: none"> • Enumerar as principais características da 	<ul style="list-style-type: none"> • Situação econômica e social das criações de

	<p>socioeconômica e a evolução da suinocultura no país e no mundo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer as principais raças e linhagens; • Avaliar o mercado consumidor; • Dimensionar e orientar projetos de suinocultura voltados à realidade das propriedades rurais; • Planejar, implantar e manejar a criação de suínos em diferentes sistemas; • Analisar métodos e avaliar programas de melhoramento genético; • Interpretar a legislação e normas pertinentes; • Planejar, orientar, avaliar e monitorar as tecnologias de beneficiamento e produção agroindustrial de produtos cárneos e derivados de suínos. 	<p>atividade suinícola;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejar, orientar e executar projetos de ambiência em granjas de suínos. • Elaborar programas de criação, de acordo com as características climáticas, topográficas e estruturais da propriedade; • Monitorar e avaliar índices produtivos; • Orientar e realizar o manejo das criações em diferentes categorias e sistemas produtivos; • Escolher equipamentos e insumos para suínos desde a maternidade, creche e terminação; • Identificar as raças mais adequadas à proposta de produção; • Orientar métodos de reprodução de suínos; • Elaborar programa de produção, de acordo com o tamanho da exploração, raça escolhida e os objetivos do criatório; • Saber manejar os animais respeitando o comportamento dos animais e sempre visando um alto índice de bem-estar animal; • Executar atividades de reprodução natural e artificial; • Cumprir legislação e normas pertinentes; • Fazer carcaças animais: fases tecnológicas da sua obtenção; • Aplicar tecnologias de produção para obtenção de produtos agroindustriais derivados de carnes. 	<p>suínos no Brasil e no mundo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de criações de suínos. • Caracterização das fases de criação. • Controle zootécnico das criações. • Sistemas de identificação dos animais. • Manejo das categorias animais nas fases de criação. Comportamento dos suínos e Manejo racional na suinocultura visando o bem-estar animal. • Inseminação artificial: Tipos, Vantagens e desvantagens, Materiais utilizados, Seleção de animais, Técnicas de coleta de sêmen, Acondicionamento do sêmen, Outros Métodos • Aptidões e características raciais • Exterior • Métodos de Reprodução: Importância, Seleção, Mestiçagem, Cruzamento, Híbridação, Consangüinidade. • Efeitos ambientais sobre o processo da adaptação e desempenho animal. • Legislação pertinente. • Conservação e qualidade de carnes e produtos derivados. • Cadeia produtiva da carne. Técnicas de amostragem. Análise, seleção e classificação da matéria-prima • Processamento e obtenção de produtos agroindustriais derivados de carnes.
<p>Bovinocultura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância da produção de bovinos quanto aos aspectos socioeconômicos. • Identificar e diferenciar os sistemas de criação utilizados para bovino de leite e corte. • Planejar e avaliar o manejo nutricional dos bovinos em sistemas de produção de corte e leite. • Conhecer as forragens indicadas para bovinos. • Conhecer as normas sanitárias que envolvem a criação de ruminantes e planejar o manejo sanitário. • Interpretar os principais índices zootécnicos na 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer as diferenças entre as espécies e as principais raças de bovinos e suas características. • Caracterizar os sistemas de criação utilizados para bovinos. • Saber identificar as necessidades nutricionais de acordo com a espécie e categoria animal. • Saber identificar as forragens indicadas para as espécies. • Saber mensurar o desempenho animal, através de índices zootécnicos. • Saber cumprir/entender a organização das normas zoonosológicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Situação atual da bovinocultura no Brasil e no mundo e cadeia produtiva da carne, leite. • Raças, avaliação fenotípica e tipos de cruzamentos industriais de bovinos. • Sistemas de criação (extensivo, semi-intensivo, confinamento) /Vantagens e Limitações. • Dimensionamento de rebanhos. • Identificação de rebanhos e rastreabilidade. • Forragens para ruminantes. • Instalações para bovinos. • Manejo sanitário para bovinos. • Técnicas de melhoramento genético animal,

	<p>propriedade para tomada de decisões.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manejar as categorias de bovinos em todas as fases de produção dentro dos sistemas de criações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Saber identificar as biotecnologias da reprodução e suas aplicações/vantagens e limitações. • Planejar as instalações necessárias para os diferentes sistemas de produção com observação de aspectos de bem-estar animal. • Saber realizar os diferentes tipos de manejo de acordo com as categorias animais; • Conhecer fatores que influenciam no consumo e técnicas de arraçãoamento. 	<p>estação de monta, estações reprodutivas e biotecnologias aplicadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Índices zootécnicos. • Fisiologia da glândula mamária, fatores que influenciam na qualidade do leite, controle e prevenção de mastite. • Manejo das fases de cria, recria, engorda e animais em lactação, manejo da reprodução.
Caprinocultura e Ovinocultura	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância da produção de bovinos, caprinos e ovinos quanto aos aspectos socioeconômicos. • Identificar e diferenciar os sistemas de criação utilizados para ovinos e caprinos. • Planejar e avaliar o manejo nutricional dos ovinos e caprinos em sistemas de produção de corte e leite. • Conhecer as forragens indicadas para caprinos e ovinos. • Conhecer as normas sanitárias que envolvem a criação de ruminantes e planejar o manejo sanitário. • Interpretar os principais índices zootécnicos na propriedade para tomada de decisões. • Manejar as categorias de ovinos e caprinos em todas as fases de produção dentro dos sistemas de criações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer as diferenças entre as espécies e as principais raças de ovinos e caprinos e suas características; • Caracterizar os sistemas de criação utilizados para ovinos e caprinos; • Saber identificar as necessidades nutricionais de acordo com a espécie e categoria animal. • Saber identificar as forragens indicadas para as espécies. • Saber mensurar o desempenho animal através de índices zootécnicos. • Saber cumprir/entender a organização das normas zoonosológicas. • Saber identificar as biotecnologias da reprodução e suas aplicações/vantagens e limitações. • Planejar as instalações necessárias para os diferentes sistemas de produção com observação de aspectos de bem-estar animal. • Saber realizar os diferentes tipos de manejo de acordo com as categorias animais. • Conhecer fatores que influenciam no consumo e técnicas de arraçãoamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Situação atual da caprinocultura e ovinocultura no Brasil e no mundo e cadeia produtiva da carne, leite, lã e couro. Diferença entre as espécies. • Raças, avaliação fenotípica e tipos de cruzamentos. • Sistemas de criação (extensivo, semi-intensivo, confinamento) /Vantagens e Limitações; • Dimensionamento de rebanhos. • Identificação de rebanhos e rastreabilidade. • Forragens para ruminantes. • Instalações para caprinos e ovinos; • Manejo sanitário para caprinos e ovinos. • Técnicas de melhoramento genético animal, estação de monta, estações reprodutivas e biotecnologias aplicadas. • Índices zootécnicos. • Manejo Neonatal. Manejo da reprodução.
Alimentação Animal e Forragicultura	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a composição bromatológica, classificação e limitações no uso dos principais alimentos utilizados na alimentação animal; • Conhecer técnica básica para a formulação de rações simples; • Conhecer a morfologia das principais espécies de plantas forrageiras de interesse produtivo na região Centro-Oeste; 	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar a alimentação com a espécie animal de interesse, hábito alimentar e com a fase de criação; • Utilizar tabelas de composição químicas, valores nutricionais dos alimentos e exigências nutricionais para as diversas fases de criação; • Planejar dietas que estejam de acordo com a espécie animal e a fase de criação, através da 	<ul style="list-style-type: none"> • Bromatologia; • Fisiologia da digestão dos principais nutrientes (carboidratos, proteínas e lipídios) nos diferentes grupos de animais domésticos; • Composição, degradação e aproveitamento da porção fibrosa do alimento nos diferentes grupos de animais domésticos. • Vitaminas, minerais e aditivos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as técnicas necessárias para a implantação e manejo das de pastagens, além dos métodos de pastejo; • Conhecer as técnicas necessárias para a correta implantação e manejo de capineiras. • Conhecer as técnicas necessárias para a conservação de forragens. 	<p>compreensão do funcionamento do aparelho digestório dos principais animais domésticos de interesse produtivo e a composição dos alimentos com suas possíveis combinações;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejar, implantar e manejar com sucesso pastos e/ou capineiras através de técnicas modernas e práticas com uso das principais espécies forrageiras adaptadas à região Centro-Oeste e interesse produtivo; • Aplicar as diferentes formas de conservação de forragens para alimentar os animais no período de escassez e/ou aproveitar o excedente produzido; • Realizar o manejo correto de capineiras e pastos através das técnicas existentes; - Realizar a recuperação ou reforma de pastos degradados; • Realizar o arraçamento de forma higiênica e respeitando o “bem-estar” dos animais; • Realizar o cálculo de dietas simples de forma manual e por planilhas do Excel ou similar; • Cumprir a legislação pertinente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos de morfologia e ecofisiologia de plantas forrageiras; • Principais gêneros, espécies e cultivares de forrageiras; • Implantação e pastos. • Manejo de pastagens. • Recuperação e reforma de pastos. • Implantação e manejo de capineiras. • Utilização de leguminosas em pastagens. • Conservação de forragens: feno e silagem; • Cálculo básico de rações e de dietas simples.
Processamento Agroindustrial	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as transformações tecnológica para a conservação e produção de alimentos de origem animal e vegetal; • Identificar e resolver problemas práticos relacionados com a conservação e o processamento dos alimentos de origem animal e vegetal, com Segurança Alimentar. • Avaliar os efeitos das transformações tecnológicas de alimentos sobre o valor nutricional. • Avaliar e desenvolver produtos alimentares visando a utilização na alimentação Humana; • Desenvolverem produtos à base das matérias primas de origem animal e vegetal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Processar e Conservar matérias primas agropecuárias de origem animal e vegetal; • Analisar a qualidade das matérias primas agropecuárias; • Dominar e conhecer os aspectos fundamentais ao processamento seguro dos alimentos • Embalar de forma correta produtos de origem animal e vegetal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Importância do desenvolvimento da tecnologia de alimentos, para agregação de valor as matérias primas agropecuárias; • Contaminantes alimentares; • Doenças transmitidas por alimentos; • Manipulação higiênica dos alimentos; • Boas Práticas de Fabricação; • Métodos de conservação de alimentos; • Processamento de produtos de origem Animal: Tecnologia do leite e derivados; Tecnologia da carne e derivados; Tecnologia de ovos e mel; • Processamento de produtos de origem vegetal: Tecnologia de frutas e hortaliças; Tecnologia de cereais; Panificação; • Produtos industrializados e embalagens utilizadas; • Aproveitamento de resíduos.
Práticas Profissionais Orientadas III	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber a integração entre a teoria e a prática profissional em situações reais da produção agropecuária; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar os fundamentos teóricos vivenciados nas componentes curriculares técnicas. • Realizar estudos de caso, visitas técnicas, 	<ul style="list-style-type: none"> • Etapas do processo produtivo; Atividades práticas aos fundamentos científicos e tecnológicos desenvolvidos nos componentes

	<ul style="list-style-type: none"> • Entender o contexto de atuação do Técnico em Agropecuária por meio de práticas profissionais relacionadas à produção agropecuária; • Articular teoria e prática na área de formação. 	<p>pesquisas de mercado, trabalhos individuais ou em grupo com respectiva elaboração de relatórios;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver experiências agrícolas orientadas: elaboração, execução, comercialização e a análise de seus resultados. 	<p>curriculares do curso tendo o trabalho como princípio educativo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Práticas Profissionais em: Apicultura, Piscicultura, Bovinocultura, Pequenos Ruminantes, Suinocultura e Avicultura, Alimentação Animal, Forragicultura, Gestão e Empreendedorismo Rural.
--	---	--	--

Bibliografia

Módulo Produtor em Pecuária Polivalente	
Apicultura	<p>Bibliografia básica WIESE, HELMUTH. Novo Manual de Apicultura. Guaíba: Agropecuária, 1995. 292p; WIESE, HELMUTH. Nova apicultura. Porto Alegre: Agropecuária, 1986. 493p.</p> <p>Bibliografia complementar INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Apicultura. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. 56 p. (Cadernos Tecnológicos). SOUZA, Darcet Costa (org.). Apicultura: manual do agente de desenvolvimento rural. 2. ed. Brasília: Sebrae, 2007. 181 p. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Criação de abelhas (apicultura). Brasília: EMBRAPA, 2007. 113 p. ; v.18 (ABC da Agricultura Familiar).</p>
Piscicultura	<p>Bibliografia básica TEIXEIRA FILHO, A.R. Piscicultura ao alcance de todos. São Paulo: Nobel, 1991.212p.</p> <p>Bibliografia complementar INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Piscicultura. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. 72 p. (Cadernos tecnológicos). GARUTTI, Valdener. Piscicultura ecológica. São Paulo: UNESP, 2003. 332 p. OSTRENSKY, Antonio. Piscicultura: fundamentos e técnicas de manejo. Guaíba: Agropecuária, 1998. 211p.</p>
Avicultura	<p>Bibliografia básica MURAD, J.C.B. Avicultura de corte e postura. Brasília, ETFB, 2008. ALBINO, L. F. T. Frango de corte; manual prático de manejo e produção. Viçosa, Aprenda Fácil, 1998. 72p; COTTA, T. Reprodução da galinha e produção de ovos. Lavras, UFLA/FAEPE, 1997. 311p.</p> <p>Bibliografia complementar MAZZUCO, H. et al. Manejo e produção de poedeiras comerciais. Concórdia, EMBRAPA/CNPSA, 1997. 67p. (Documentos, 44). ÁVILA, V. S. de et al. Produção e manejo de frangos de corte. Concórdia, EMBRAPA/CNPSA, 1992. 43p. (Documentos, 28); ENGLERT, S. I. Avicultura; tudo sobre raças, manejo e nutrição. 7.ed. Guaíba, Agropecuária, 1998. 238 p. OLIVEIRA, B. L. de. Ovo; qualidade é importante. Lavras, ESAL, 1994. 9p. (Circular, 24)</p>

<p>Suinocultura</p>	<p>Bibliografia básica BRASIL. Leis, decretos, resoluções e portarias. Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 1998. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/sda/dipoa/riispoa.htm BRUM, M. A. R. e TERRA, N.N. Carne seus derivados: Técnica de controle de qualidade. Ed. Nobel, 1988. PRODUÇÃO DE SUÍNOS: TEORIA E PRÁTICA. / Coordenação editorial Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS). Brasília-DF (20014); SUINOCULTURA: uma saúde um Bem-estar/ secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília: AECS, 2020. ISBN: 978.65.86803.30-3. Suinocultura / Júlio César Bertolucci Murad. - Planaltina, DF : IFB, 2017.331 p. Bibliografia complementar Gestão Ambiental na Suinocultura – Editora Embrapa. 302 p. INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Suinocultura. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. 96 p. (Cadernos tecnológicos).</p>
<p>Bovinocultura</p>	<p>Bibliografia básica NEIVA, Rogério Santoro. Bovinocultura de leite. Lavras, MG: UFLA/FAEPE, 1998. 540 p. PEIXOTO, Aristeu Mendes (Editor) ; MOURA, José Carlos de (Editor) ; FARIA, Vidal Pedroso de (Editor) . Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional. 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000. 580 p.; v.9 (Atualização em zootecnia; 9). DYCE, K. M. Tratado de anatomia veterinária. GEN Guanabara Koogan. SILVA, Sebastião. Comportamento e Bem-estar de Animais: A importância do manejo adequado para os animais de produção. Aprenda fácil. Bibliografia complementar PEREIRA, José Carlos; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. Criação de bezerras e novilhas para produção de leite. Brasília: SENAR, 2004. 112 p.; v.91 (Senar). DOMINGUES, Alício Nunes; OLIVEIRA, André Alves de; SOUSA, Daniel de Paula. Confinamento de bovinos. 2. ed. Brasília: LK Editora, 2010. 87 p. (Tecnologia fácil). KONIG, Horst Erich; LIEBICH, Hans-Georg. Anatomia dos animais domésticos: texto e atlas colorido. Artmed. SILVA, Jose Luiz Jivago de Paula; CARVALHO, Renata. Manejo e nutrição de bovinos leiteiros.</p>
<p>Caprinocultura E Ovinocultura</p>	<p>Bibliografia básica Criação de caprinos e ovinos / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. - Brasília: EMBRAPA, 2007. 91 p. - (ABC da agricultura familiar). Caprinos e ovinos de corte: o produtor pergunta, a Embrapa responde / Ana Clara Rodrigues Cavalcante, Alcido Elenor Wander, Eneas Reis Leite, editores técnicos. - Brasília: EMBRAPA, 2005. 241 p. - (500 perguntas, 500 respostas). Gouveia, Aurora Maria Guimarães. Manejo para a saúde de ovinos / Aurora Maria Guimarães Gouveia, Custódio Antônio Carvalho Júnior, Silvia Leticia Tartari. - 2. ed. - Brasília: LK Editora, 2010. Bibliografia complementar Caprinocultura. Manual Técnico, 35. Fonseca et al., 2012. Programa Rio Rural. ISSN 1983-5671. Disponível em http://www.pesagro.rj.gov.br/downloads/riorural/35%20Caprinocultura.pdf. Caprinocultura: criação e manejo de caprinos de corte. Coleção SENAR 267. 2020. Caprinos e ovinos: produção e processamento / Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba. – João Pessoa, PB: Emepa, 2005.</p>

<p>Alimentação Animal e Forragicultura</p>	<p>Bibliografia básica LAZZARINI NETO, Sylvio. Manejo de pastagens. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2000. 124 p.; v. 6 (Coleção lucrando com a pecuária). LOPES, Marco Aurélio ed.; BARROS, Bernardo Faria de ed.; FARIA, Dirce Helena ed. Conservação de forragens pelo método da fenação. Brasília: SENAR, 2004. 55 p.: il. (Senar 21). LOPES, Marcos Aurélio (ed.); FARIA, Dirce Helena (ed.); BARROS, Bernardo Faria de (ed.). Conservação de forragens pelo método de ensilagem. 2. ed. Brasília: SENAR, 2004. 60 p.: il. (Senar 2). MACHADO, Luiz Carlos; GERALDO, Adriano. Nutrição animal fácil. Bambuí: Ed. do autor, 2011. 96 p.: il. NOGUEIRA JUNIOR, Sebastião. Alimentação animal: realidade e perspectivas. São Paulo: SAA, 1997. 92 p. (Cadeias de produção de agricultura; 4). PEREIRA, José Carlos. Manejo de pastagens. Brasília: Senar, 2003. 92 p.; v. 72 (SENAR; v72).</p> <p>Bibliografia complementar BENEDETTI, Edmundo. Bases práticas para produção de leite a pasto. 2. ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2008. 210 p. BERTECHINI, Antônio Gilberto. Nutrição de monogástricos. Lavras, MG: UFLA, 2006. 301 p. CRUZ, José Carlos (ed.). Produção e utilização de silagem de milho e sorgo. Sete Lagoas, MG: EMBRAPA, 2001. 544 p.: il.; 22 cm. FERREIRA, Reinaldo de Paula ed. Cultivo e utilização da alfafa em pastejo para alimentação de vacas leiteiras. Brasília: EMBRAPA, 2015. 160 p.: il. JÚNIOR, Geraldo Bueno Martha (ed.); VILELA, Lourival (ed.); SOUSA, Djalma Martinhão Gomes de (ed.). Cerrado: uso eficiente de corretivos e fertilizantes em pastagens. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2007. 224 p. LANA, Rogério de Paula. Sistema Viçosa de formulação de rações. 4. ed. Viçosa, MG: Ed. da UFV, 2007. 91 p. LOPES, Henrique Otávio da Silva. Suplementação de baixo custo para bovinos: mineral e alimentar. Brasília: EMBRAPA, 1998. 107 p. MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Pastoreio racional voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 376 p.: il. MATTOS, Herbert Mattos. Calagem e adubação de pastagens. Piracicaba: Associação Brasileira para Pesquisa da Potassa e do Fosfato, 1986. 476 p. MELADO, Jurandir. Manejo sustentável de pastagens: sem o uso do fogo. Viçosa, MG: Cooperazione, 2002. 60 p. SOBRINHO, Américo Garcia da Silva et al. Nutrição de ovinos. Jaboticabal, SP: Funep, 1996. 258 p. TEIXEIRA, Júlio César. Nutrição de ruminantes. Lavras, MG: UFLA/FAEPE, 1997. 239 p. VILELA, Duarte ed.; RESENDE, João Cesar ed.; LIMA, Josiane ed. Cynodon: forrageiras que estão revolucionando a pecuária brasileira. Juiz de Fora: EMBRAPA, 2005. 250 p.</p>
<p>Processamento Agroindustrial</p>	<p>Bibliografia básica EVANGELISTA, José. Tecnologia de Alimentos. São Paulo. Atheneu. 2008. ORDÓÑEZ, Juan A. Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos, v. 1. São Paulo. Artmed. 2007. GAVA, Altanir Jaime. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações. São Paulo. Nobel. 2010.</p> <p>Bibliografia complementar OETTERER, Marília. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. Barueri. Manole. 2006. ORDÓÑEZ, Juan A. Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal, v. 2. São Paulo. Artmed. 2007. GERMANO, Pedro M. L. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. Barueri. Manole. 2011. BRASIL. Leis, decretos, resoluções e portarias. Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 1998. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/sda/dipoa/riispoa.htm.</p>

12. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As diretrizes metodológicas propostas possuem importante conexão entre teoria e a prática profissional, em situações reais da produção agropecuária, a qual possibilitará a construção e a organização dos conhecimentos visando:

- a) Proporcionar conhecimentos contextualizados e significativos para a aprendizagem dos estudantes.
- b) Garantir uma educação que promova a autonomia dos sujeitos e valorize o respeito à diversidade cultural.
- c) Possibilitar o desenvolvimento social e individual do estudante.
- d) Garantir espaços para a interação dos sujeitos sociais.
- e) Fomentar a interação dos diferentes campos de saberes.

As atividades pedagógicas serão organizadas considerando a relevância e pertinência do processo de formação, envolvendo o contexto social, interesses coletivos e propostas da instituição.

11.1. Planejamento

O trabalho integrado docente para ter um resultado de sucesso demanda diálogo contínuo entre os componentes curriculares. Condição que justifica a organização de tempos e espaços, a fim de garantir as condições para a implementação dessa proposta. Diante disso e, no sentido de viabilizá-la destacam-se o Planejamento Integrado Coletivo (PIC) e o Planejamento por Área Técnica.

O Planejamento Integrado Coletivo (PIC) acontecerá com a participação de todos os educadores envolvidos no curso, no entendimento de que essa participação também envolve os técnicos em educação, com os tempos organizados pela equipe pedagógica do *Campus* e com pautas fundamentalmente pedagógicas. Esse tempo/espço é de suma importância para o aprimoramento do curso, onde cada professor compartilha êxitos e fracassos na busca de novas metodologias que desenvolvam as competências cognitivas e socioemocionais, auxiliando os estudantes, tornando-os autônomos e capazes de perceber suas qualidades em superar suas dificuldades. Para além da organização, compartilhamento, reflexão e avaliação das metodologias desenvolvidas por cada docente, esse momento também poderá ser utilizado para as formações pedagógicas que darão alicerce para metodologias integradoras planejadas para o curso.

O Planejamento por Área Técnica, no contexto do Curso Técnico em Agropecuária na forma subsequente, envolve o planejamento das ações pedagógicas que serão realizadas durante o módulo, ocorrendo com a participação de cada docente e o técnico que atuam no espaço onde as atividades práticas são realizadas, sendo esse momento e organização obrigatórios no início de cada semestre letivo.

11.2. Prática Profissional Orientada

A componente curricular Prática Profissional Orientada (PPO) foi concebida para promover a integração entre a teoria e a prática profissional, em situações reais da produção agropecuária. A carga horária do componente curricular Práticas Profissionais Orientadas será de 100h/a em cada módulo. Trata-se da aplicação dos fundamentos teóricos vivenciados em sala de aula, sendo um componente curricular eminentemente desenvolvido com ações práticas que permitirão a vivência do discente no mundo da agropecuária, conhecendo sua realidade e dia a dia.

Os objetivos dessas PPOs são: (I) promover a aproximação dos estudantes com o contexto de atuação do Técnico em Agropecuária por meio de práticas profissionais relacionadas à produção agropecuária; e (II) fortalecer a articulação entre teoria e prática, visando relacionar atividades práticas aos fundamentos científicos e tecnológicos desenvolvidos nos componentes curriculares do curso tendo o trabalho como princípio educativo.

As atividades desse componente curricular devem ocorrer, preferencialmente, nas Unidades de Ensino, Produção, Pesquisa e Extensão (UEPs) e nos laboratórios do *Campus*. Trata-se de ambientes de aprendizagem que possibilitam relacionar as atividades práticas aos fundamentos científicos e tecnológicos desenvolvidos nos componentes curriculares do curso. Atividades de integração dessa natureza poderão ser realizadas em outros espaços desde que promovam integração com conteúdo técnico do curso e haja o acompanhamento e orientação docente.

O *Campus* Planaltina possui 14 UEPs vinculadas à Agropecuária. Cada UEP, conforme sua especificidade, destina-se à criação de animais de pequeno, médio e grande porte, e a culturas temporárias e perenes, com sazonalidade diversificada bem como o processamento de seus produtos. Isto permite ao estudante participar das diversas etapas do processo produtivo, desenvolvendo experiências agrícolas orientadas, que abrange a elaboração, a execução, a comercialização e a análise dos resultados (*vide* [Anexo I](#)).

As práticas profissionais poderão ser desenvolvidas em campo, nas dependências físicas do *Campus* Planaltina e devem integrar a carga horária total da habilitação profissional, sendo diretamente vinculadas aos conteúdos desenvolvidos no curso. Para além das atividades pedagógicas programadas dentro do componente curricular PPO, outras atividades poderão ser realizadas ao longo do curso por meio de estágios extracurriculares, estudos de caso, visitas técnicas, pesquisas de mercado, trabalhos individuais ou em grupo com respectiva elaboração de relatórios, as quais deverão ser acompanhadas/avaliadas pelo docente da área.

O tempo necessário e a forma para o desenvolvimento de cada atividade correspondente à prática profissional serão explicitados no plano de trabalho individual do discente, a ser definido pelos professores envolvidos em cada prática profissional, em consonância com as condições de cumprimento do plano por parte do aluno.

O acompanhamento das atividades será realizado pelo professor responsável pelo componente curricular, em conjunto com o servidor de referência técnico responsável pela UEP. Cada turma realizará as atividades, em semanas alternadas, nas UEPs, o que proporcionará aos estudantes o acompanhamento das atividades executadas ao longo de todo o período agrícola.

As práticas profissionais serão planejadas de acordo com as demandas da produção agropecuária, sob orientação do professor responsável pelo respectivo componente curricular juntamente com o servidor de referência da UEP, caso a prática aconteça nesse espaço. A componente curricular deverá ser trabalhada de forma eminentemente prática, com foco nas atividades inerentes aos diferentes sistemas de produção.

A frequência dos estudantes será registrada em conformidade com os critérios aplicados aos demais componentes curriculares. O Plano de Ensino, assim como Diário de Classe será assinado de forma compartilhada pelos professores responsáveis envolvidos nas PPO(s).

O Coordenador de Curso (CC), conjuntamente com o Coordenador Geral de Ensino (CGEN) e o Coordenador de Produção serão os responsáveis por organizar a logística geral das PPOs em todas as UEPs. Atividade que poderá ser delegada aos docentes e técnicos envolvidos nas atividades em cada UEP. Essa logística fundamentará a organização dos horários de aula. Nesse sentido, a logística geral deverá ser desenvolvida no semestre/ano letivo anterior à proposta de execução, considerando o uso compartilhado das UEPs por outros cursos, respeitando as normas de utilização dos espaços do CPLA, evitando a

presença de dois cursos ou turmas na mesma UEP no mesmo horário (observar os horários das componentes curriculares técnicas dos outros cursos).

A avaliação será contínua, sistemática, cumulativa dos componentes curriculares que envolvem a PPO, devendo priorizar aspectos qualitativos sobre os quantitativos, considerando a dinâmica própria da atuação de um técnico na produção agropecuária. A avaliação deverá ser alinhada com a participação dos técnicos em que a Prática Profissional será desenvolvida a partir de relatórios construídos ao longo da realização das práticas.

11.3. Adaptações Curriculares

O *Campus* Planaltina desenvolve em seu processo de adaptações curriculares diversas ações de acompanhamento e monitoramento da inclusão de alunos com necessidades específicas. Visando incluir através da educação profissional, as etapas desenvolvidas são acompanhadas pelas coordenações de apoio ao ensino, a saber, coordenação pedagógica, coordenação de assistência estudantil e inclusão social e Núcleo de atendimento a pessoas com necessidades específicas.

São considerados o público dessas ações alunos da educação especial, a saber, que apresentem alguma deficiência (motora, auditiva, visual, intelectual e sensorial), altas habilidades e superdotação e pessoas com desenvolvimento diferenciado (autistas, síndrome de down e afins). Somado a estes casos, o Instituto Federal de Brasília também se propõe a acompanhar alunos com necessidades educacionais específicas, como idosos, quilombolas, gestantes e pessoas em sofrimento psíquico grave.

O trabalho inclusivo é desenvolvido nas seguintes etapas:

- 1) **Estudo de caso – entrevista inicial:** os alunos podem solicitar acompanhamento diferenciado em qualquer fase do curso como também no ato da matrícula. Os alunos são chamados para uma entrevista com representantes das coordenações de apoio ao ensino e são mapeadas as demandas dos alunos, expectativa, dificuldades, rede de assistência e elaborando em conjunto com ele e/ou sua família uma recomendação básica para a sua inclusão.
- 2) **Avaliação diagnóstica:** com base nas recomendações iniciais, os docentes são informados da situação e convidados a fazerem uma avaliação diagnóstica. É esperado que seja avaliado como o aluno se relaciona com aquele conteúdo e como o docente pode adaptar aquelas informações. Entendemos que o docente é o senhor da sua disciplina, cabendo a ele avaliar como aquele conteúdo deverá ser adaptado, levando em considerações as ferramentas que dispõem, os objetivos da educação profissional e

as recomendações básicas. Com base no resultado dessa avaliação diagnóstica, é elaborado o Plano Educacional Individual que servirá de guia para o desenvolvimento educacional do aluno com base em objetivos compartilhados e ferramentas disponíveis no campus.

- 3) **Criação e monitoramento do PEI** (Plano Educacional Individual): os alunos e familiares precisam ter ciência do documento construído e do desenvolvimento do aluno nas atividades propostas, acompanhando as propostas e o desenvolvimento educacional do aluno com base em objetivos compartilhados e ferramentas disponíveis no campus.
- 4) **Atendimento individual especializado**: o docente da disciplina realizará no momento de atendimento ao aluno. Essa atividade é especializada por focar nas necessidades pedagógicas elencadas no PEI.

Quanto ao processo de avaliação ao longo do curso, é orientado que os alunos em adaptação curricular sejam avaliados por meio de metodologias diversas, podendo incluir provas orais, estudos dirigidos, seminários por exemplo. A utilização de tecnologia assistiva e apoio de terceiros (intérprete, leitor) será apreciada na avaliação diagnóstica. Cada aluno será avaliado de forma individual e esses recursos serão apresentados nesse contexto.

As deficiências e transtornos podem ser dos diversos tipos e para cada necessidade específica existem orientações indicadas. Essas adaptações podem ser classificadas em dois tipos: pouco (ou não) significativas e significativas ou de grande porte:

a) Pouco (ou não) Significativas: São a maioria das adaptações realizadas nas escolas, pois são modificações menores no currículo regular que o professor consegue realizar com facilidade no seu planejamento docente, constituem pequenos ajustes nas atividades de sala de aula.

b) Significativas ou de Grande Porte: são adaptações que implicam modificações significativas no currículo regular e, como consequência podem ter efeitos na certificação do estudante. A sua implementação envolve não só o professor de sala de aula, mas toda a comunidade escolar, sendo imprescindível que tal estratégia educativa esteja prevista em seus documentos institucionais, tais como PPI (Projeto Pedagógico Institucional), Regimento. Na Tabela 3 estão as orientações com base nas necessidades específicas mais comuns observadas no Curso Técnico em Agropecuária:

Tabela 3. Necessidades Específicas e exemplificações de adaptações.²

Necessidade específica	Orientações
Deficiência visual	Adaptação de provas escritas, aumentar fonte e espaçamento; atendimento individual com o professor; acompanhamento CDAE. Letra aumentada. Sugestão fonte 16. Inserir o aluno na primeira fila no momento do mapeamento; permitir e incentivar os óculos de proteção nas aulas práticas. Tempo estendido para avaliações. Material adaptado. Oferta de leitor e transcritor.
Transtorno Psiquiátrico	Utilização de metodologias alternativas de avaliação; Utilização de estudos dirigidos; Atendimento individual com o professor; Acompanhamento CDAE.
Transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade/ DPAC/ Dislexia	Fazer prova em ambiente individual e tranquilo; sentar-se sempre à frente; provas com enunciados curtos, provas com menos questões e linguagem de fácil interpretação; preferencialmente prova logo após explicação, com conteúdo mais curtos. -Prova com tempo estendido e em local separado; atendimento individual com o professor; acompanhamento CDAE. -Utilizar recursos de planejamento e organização de estudo; gravar as aulas; receber os materiais de estudo anteriormente; introdução de estudos dirigidos e provas orais; atendimento. Oferta de leitor e transcritor.
Deficiência Física	Adaptação em atividades práticas e na mobilidade; Atendimento individual com o professor; acompanhamento CDAE; utilizar recursos de multimídia. Provas e demais avaliações no computador, com teclado adaptado (colmeia). Auxílio de leitor nas avaliações. Utilizar prova oral para complementar as avaliações. Acompanhamento de monitor. Enviar os materiais de aula anteriormente por e-mail.
Aluno idoso com múltiplas reprovações	Inserir prova com tempo estendido. Utilização de metodologias alternativas de avaliação. Atendimento individual com professor; acompanhamento CDAE
Deficiência Auditiva (ouvido direito-moderado/severo)	Colocar o aluno próximo ao docente durante as atividades. Checar ao final da componente curricular se ele compreendeu o se precisa de algum apoio. Enviar previamente os slides e materiais de apoio às aulas; Atendimento individual com o professor e CDA.
Altas habilidades e superdotação	Enriquecimento curricular e/ou aceleração curricular. Vinculação a atividades de extensão e pesquisa e/ou demais atividades práticas. Atendimento individual com o professor. Atendimento com a CDAE.

Durante o trabalho pedagógico diário com adaptações, faz-se obrigatório o uso do Formulário de adaptação curricular ([Anexo II](#)), o qual deverá ser anexado ao SGA do componente curricular.

13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES E OPTATIVAS

² As adaptações detalhadas na Tabela 3 são apenas sugestões técnicas.

As atividades complementares, também conhecidas como horas complementares ou atividades extracurriculares, têm a finalidade de ampliar o universo cultural dos alunos e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, valorizando todas as demais atividades relacionadas ao tema da formação técnica. São cumpridas por meio de experiências e vivências acadêmicas externas ou internas no IFB, consideradas pertinentes à formação do discente, sendo sua comprovação de responsabilidade do discente e sua avaliação realizada ao final do módulo por comissão temática proposta pela coordenação do curso.

Conforme o artigo 4º da Resolução 35/2019/RIFB/IFB, as atividades complementares classificam-se em cinco grupos: (I) Grupo 1- Atividades de Ensino; (II) Grupo 2 - Atividades de Pesquisa e Inovação; (III) Grupo 3-Atividades ou Projetos de Extensão; (IV) Grupo 4- Atividades de Ação Social; e (V) Grupo 5-Prática profissional.

Somente as atividades obrigatórias, com carga horária mínima de 30 horas, realizadas após o ingresso ao curso serão contabilizadas para os alunos do Curso Técnico em Agropecuária na forma subsequente. Considerando a natureza do curso e a grande diversidade de atividades de possível realização, estabeleceram-se na tabela abaixo aquelas que poderão ser reconhecidas para o cumprimento das 30h mínimas, referentes ao componente curricular Atividades Complementares. A carga horária máxima de aproveitamento de cada atividade será de 12 horas por grupo conforme Tabela 4.

Tabela 4. Tipologia de atividades complementares e cargas horárias máximas possíveis de aproveitamento.

Grupo	Atividades³	Carga horária máxima
Atividades de Ensino	Participação em projetos de ensino, monitoria em componente curricular, realização de cursos de idiomas ou cursos em áreas relacionadas aos objetivos do curso, componente curriculares optativas e demais atividades características do ensino.	12h
Atividades de Pesquisa e Inovação	Apresentação de trabalho em eventos científicos, participação em eventos científicos, participação em projetos de pesquisa e inovação, com ou sem bolsa, publicação de resumo em anais de eventos, publicação de artigos em revista científica, capítulos de livros, organização ou publicação de livro, participação em comissão organizadora de eventos científicos e de inovação e demais atividades características da pesquisa e inovação.	12h
Atividades de Extensão	Realizar cursos de extensão em área específica ou áreas afins, cursos de Formação Inicial e Continuada-FIC articulados ao itinerário formativo do curso do estudante, projetos e serviços tecnológicos, eventos de extensão, visitas técnicas não previstas em conteúdo programático de componentes curriculares, publicação de	12h

³ Reconhecimento através do registro formal da atividade junto à coordenação do curso.

	livros físicos ou digitais literários e blogs literários, participação em atividades desportivas, composição musical, realizações artísticas, produção e execução de shows e demais atividades características da extensão.	
Atividades de Ação Social	Participação como representante discente de turma e em instâncias colegiadas da Instituição, participação como representante em órgãos e entidades estudantis, de classe, sindicais ou comunitárias e movimentos sociais, atividade voluntária articulada ao curso, participação em campanhas de ação social promovida no <i>campus</i> , em parceria com o <i>campus</i> ou em outras instituições e demais atividades características de atividades de ação social.	12h
Prática Profissional	Estágio curricular não obrigatório relacionado com a área técnica do curso.	12h

As componentes curriculares optativas, ofertadas no mesmo nível de ensino, poderão contar para compor as horas das atividades complementares, como opções de atividades de ensino, mas não limitadas a elas. Esses componentes optativos poderão ser ofertados em cursos organizados semestralmente pelo IFB de formação continuada. Os cursos poderão atender grupos mistos formados por alunos do Ensino Médio e alunos do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente. Além disso, poderão exigir pré-requisitos e o número mínimo e máximo de alunos atendendo a especificidade da sua proposta de ensino.

Os alunos poderão se matricular nos cursos ofertados a cada semestre, a depender do seu interesse, do número de vagas e dos pré-requisitos requeridos para o ingresso, conforme Plano de Curso de cada proposta. As horas do curso serão computadas como atividades complementares e terão a carga horária máxima reconhecida de 12h conforme estabelecida na Tabela 5, ou seja, mesmo que a carga horária do curso ultrapasse as 12 horas, o aluno terá o cômputo de 12 horas se concluir o curso. Poderão ser ofertados outros componentes curriculares optativas, além dos expressos e de oferta obrigatória nesse curso, desde que aprovadas em colegiado.

Para o reconhecimento do cumprimento das atividades complementares, os estudantes, uma vez que cumprirem a totalidade da carga horária de 30h, devem apresentar documentação comprobatória à coordenação de curso, conforme [Anexo II](#), a qual fará a análise e encaminhará os resultados para registro no histórico escolar. De acordo com a Resolução nº35/2019/RIFB/IFB, é vedada a integralização da carga horária de atividades complementares por meio da realização de uma única atividade e nenhuma atividade terá reconhecido mais de 40% da carga horária total destinada às atividades complementares.

14. PRÁTICA PROFISSIONAL

13.1. Prática Profissional Orientada

A prática profissional se dará por várias ações orientadas na trajetória do curso, seja pelas ações que desenvolvem habilidades nos diversos componentes curriculares, com destaque para o componente Práticas Profissionais Orientadas (PPO), seja pela atuação em projetos de ensino, pesquisa e extensão e pelo desenvolvimento do próprio estágio supervisionado, curricular ou extracurricular.

O estágio supervisionado visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à sua contextualização, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Sendo assim, o estágio deverá ser realizado em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 e com a Resolução nº 16/2016/CS/IFB. Para efeito da aquisição da habilitação profissional do Curso Técnico em Agropecuária, o estágio curricular obrigatório terá carga de 160 horas, que serão acrescidas à carga horária total da organização curricular do curso. O estágio terá como objetivo preparar o estudante para o exercício profissional competente por meio da vivência de situações concretas de trabalho e poderá ser realizado da seguinte forma:

- a) Nas dependências do *Campus* Planaltina, nas Unidades de Ensino e Produção (UEP), sob forma de planos de trabalho inerentes aos processos educativos e produtivos da área profissional.
- b) Em empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, em locais acompanhados por profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissionais com atuação em atividades dos diversos ramos da agropecuária.
- c) Sob a forma de atividades de extensão, mediante a participação dos alunos em empreendimentos ou planos de interesse sócio comunitário, entre outros que possam colaborar com a sua formação profissional.
- d) Em outros espaços devidamente avaliados e autorizados pela Coordenação de Estágio e Extensão.

Os estudantes trabalhadores, quando inseridos em atividades produtivas relacionadas à área profissional do curso, poderão ter essa efetiva prática profissional reconhecida para fins do cumprimento da carga horária do estágio obrigatório, a partir da avaliação do relatório a ser apresentado com o devido acompanhamento do professor orientador, sendo necessário que este estudante cumpra todas as exigências de registro da Coordenação de Estágio e Extensão. Considera-se dispensado do estágio o estudante que

houver desenvolvido comprovadamente atividades compatíveis com sua área de formação e atestado pela Coordenação do Curso (CC).

13.2. Estágio Supervisionado

O estágio poderá ser desenvolvido ao longo do curso, a partir da matrícula no curso, respeitando o seu período de integralização de maneira que o estudante somente poderá submeter-se às atividades de estágio caso tenha no mínimo 16 anos completos na data de início do estágio. A forma para o desenvolvimento de cada atividade correspondente à prática profissional será explicitada no plano de trabalho a ser definido pelos supervisores, em consonância com as condições de cumprimento do plano por parte do aluno e avaliadas pelo professor orientador.

O estagiário será obrigatoriamente acompanhado por um professor orientador da área relacionada às habilidades que deverão ser desenvolvidas durante o estágio, sendo esse o responsável pelo acompanhamento das atividades e orientação na elaboração do relatório final. Ao término do estágio, o estudante deverá elaborar e apresentar o relatório final de estágio obrigatório conforme o [Anexo III](#).

O estudante deverá concluir o estágio dentro do período de integralização do curso, desde que renove sua matrícula.

15. PESQUISA APLICADA

De acordo com a Resolução nº 18, de 18 de agosto de 2009, o IFB tem por objetivo realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade no sentido de promover o desenvolvimento regional. Condição que deve ser fomentada de forma articulada com o processo de aprendizagem dentro da formação profissional do Técnico em Agropecuária.

16. EXTENSÃO

O fomento em programas de extensão faz parte das finalidades do IFB, condição que se alinha com o mundo do trabalho do Técnico em Agropecuária, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, entendendo que as ações de extensão, interação com a sociedade e relações comunitárias constituem processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável para viabilizar uma relação transformadora entre o IFB e a sociedade (Art. 56 da Resolução nº 18/RIFB, de 18 de agosto de 2009).

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO GLOBAL DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A APRENDIZAGEM

A concepção de avaliação que se propõe neste Plano de Curso respalda-se nas dimensões técnicas do conhecimento, como também nos aspectos éticos, sociais, culturais e políticos. Portanto, a prática avaliativa do Curso de Agropecuária deve ter compromisso com a formação integral do ser humano, conforme aponta a LDB (Lei nº 9.394/96) em seu artigo 24, que estabelece que a avaliação da aprendizagem será contínua, sistemática e cumulativa, tendo o objetivo de promover os discentes para a progressão de seus estudos. Na avaliação deverão predominar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo como no desenvolvimento de hábitos e atitudes. O processo de avaliação deve ser composto de etapas progressivas, com desafios contextualizados e significativos.

Em conformidade com o previsto no art. 13 da LDB (Lei nº 9.394/96), este Plano reconhece que o sucesso e/ou fracasso escolar é uma responsabilidade de todos, o que exige ações coordenadas e integradas na busca solidária de soluções para os possíveis problemas de ensino e aprendizagem evidenciados no contexto escolar.

A avaliação, parte integrante do processo de aprendizagem, tem como objetivo o acompanhamento e a verificação da construção dos saberes trabalhados pela instituição educativa, com vistas a aperfeiçoar e a orientar as ações pedagógicas. Uma vez que o conhecimento não se impõe por meio de ameaças, da coerção e da força, a avaliação tem de ocorrer de forma processual, transparente e dialógica, em que as finalidades pretendidas sejam claramente expostas ao educando, possibilitando, assim, a autoavaliação e a reflexão permanentes das práticas educativas. Uma vez que avaliar é muito mais do que medir, pois envolve diferentes instrumentos, momentos e intenso processo de monitoramento dos procedimentos adotados no dia a dia, os instrumentos de avaliação da aprendizagem deverão ser formulados de modo que levem o discente ao hábito da pesquisa, à reflexão, à criatividade e estimule a capacidade de autodesenvolvimento, de autoavaliação e de socialização.

Os instrumentos podem ser os mais variados possíveis, de acordo com as peculiaridades de cada processo educativo, tais como: teste diagnóstico, projetos, painéis integrados, fichas de observação, atividades individuais de pesquisa bibliográfica, demonstração prática, questionários, dinâmicas, provas escritas com e/ou sem consulta, seminários, pesquisa de campo, estudo de caso, resolução de problemas, elaboração e execução de projetos experimentais, trabalhos de equipe, debates, portfólio/dossiê de acompanhamento individual, relatórios individuais, participação de eventos sociais, políticos, artísticos ou culturais, produção científica, artística ou cultural, avaliação integrativa, dentre outros.

Para efeito de promoção, o discente será avaliado quanto ao rendimento escolar, à assiduidade e pontualidade, devendo o docente também levar em conta a participação e o envolvimento dos estudantes, a capacidade de mobilização na resolução das questões propostas, o compromisso com a componente curricular, o espírito de solidariedade, de cooperação e de trabalho em equipe, a criatividade e a criticidade, havendo a obrigação legal de cumprimento mínimo de 75% da frequência no cômputo total das aulas ministradas no módulo.

Deverão ser realizadas no mínimo três atividades avaliativas por módulo, as quais poderão acontecer de forma integrada ou multidisciplinar, excluindo desse quantitativo a avaliação diagnóstica que deverá ser cumprida no início do processo de ensino-aprendizagem. Diante do resultado dessa avaliação o professor deverá organizar a sua componente curricular dando direcionamentos aos alunos para que possam seguir a sua jornada educacional, objetivando o êxito.

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, a qual assume, de forma integrada, no processo de ensino e de aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa. Essas funções devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades. Para tanto, torna-se necessário destacar os seguintes encaminhamentos:

- a) Construção de um clima respeitoso, colaborativo e favorável à aprendizagem, de forma a valorizar e respeitar a diversidade de opiniões, de saberes tradicionais, de experiências prévias e de pensar presentes no interior da sala de aula.
- b) Deposição de expectativas positivas em relação ao potencial dos estudantes.
- c) Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa.
- d) Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
- e) Inclusão de tarefas contextualizadas e significativas para o mundo do estudante e para o curso de Agropecuária.
- f) Promoção de espaços que garantam o diálogo permanente com o estudante sobre as práticas avaliativas de modo a garantir a transparência no processo de avaliação.
- g) Opção por conhecimentos significativos que colaborem com a formação integral do estudante;
- h) Clareza e divulgação dos critérios e procedimentos a serem adotados na avaliação.
- i) Criação de grupos de discussão com os alunos sobre os critérios adotados, promovendo a avaliação dialógica, a autoavaliação e a autonomia do estudante.
- j) Coerência da avaliação proposta com os princípios e as finalidades da educação contidos no Plano de Componente curricular, no Plano de Curso, no Projeto Pedagógico Institucional e nos princípios contidos na LDB (Lei nº 9.394/96).

- k) Garantia de atividades de recuperação paralelas aos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- l) Consideração e valorização das aptidões dos alunos aos seus conhecimentos prévios e o domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.
- m) Oferta de *feedback* dos resultados alcançados pelos estudantes no processo avaliativo no máximo 15 (quinze) dias letivos após realizada a avaliação.
- n) Publicização dos resultados da avaliação aplicadas aos estudantes, bem como a devolução ao estudante de todos os instrumentos avaliativos usados no decorrer do processo.
- o) Uso dos instrumentos de adaptações curriculares nas práticas pedagógicas de forma obrigatória, utilizando o formulário de acompanhamento disponibilizado pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

O estudante terá direito a solicitar 2ª chamada de atividade avaliativa, por meio de requerimento à Coordenação de Curso, até 72h após a aplicação da atividade avaliativa, nos seguintes casos: I – ausência do estudante por motivo de saúde, comprovada por atestado médico; II – motivo de falecimento de familiares, comprovado por atestado de óbito; III- ausência do aluno trabalhador no dia da aplicação do instrumento avaliativo, justificada por meio de declaração do trabalho, na qual conste período trabalhado.

16.1. Avaliação Integrada

No intuito de promover uma maior integração dos conhecimentos e práticas neste Plano de Curso, a avaliação também poderá ser utilizada como um instrumento de conexão entre os componentes curriculares, objetivando estimular a capacidade de percepção do aluno do quanto os aprendizados em conjunto podem fazer parte da sua própria existência. Nessa proposta pedagógica poderá haver pelo menos uma avaliação integrada no módulo, envolvendo no mínimo dois componentes curriculares dentro do mesmo módulo.

A construção das avaliações integradas deverá ser elaborada com base no planejamento coletivo, com foco em temas comuns, podendo ser oportunizado outras possibilidades de integração, para além dos processos avaliativos tradicionais.

Decorrentes das propostas anteriormente expressas, o aluno poderá desenvolver um plano de estudo mais amplo, considerando o conjunto de conhecimentos, habilidades e competências adquiridos no decorrer do curso, e não apenas se concentrando na componente

curricular que está sendo avaliada. Essa metodologia avaliativa também permitirá que os alunos possam desenvolver a criticidade e a interpretação dos questionamentos integrados.

16.2. Sistemática de Avaliação

A sistemática de avaliação das componentes curriculares deverá ser realizada em dois bimestres e poderá ser realizada mediante instrumentos distintos que contemplem as diferentes formas de conhecimentos teóricos e práticos:

- a) Os professores devem, obrigatoriamente, aplicar pelo menos 3 instrumentos de avaliação no semestre, sendo pelo menos dois distintos.
- b) Considerando a natureza do Componente Curricular Práticas Profissionais Orientadas, pelo menos um instrumento de avaliação deverá ter enfoque nos aspectos práticos do componente curricular bem como na participação do aluno nas atividades propostas.
- c) A atribuição dos pesos das avaliações ficará a critério de cada docente, considerando a natureza da componente curricular ministrada, o perfil da turma e os objetivos formativos do curso, incluindo na Avaliação Integrada se essa for a opção de trabalho do docente.
- d) A Nota final do Semestre (NS) corresponderá ao somatório/média das avaliações feitas ao longo do período, respeitando-se o máximo de 10 (dez) pontos, e deverá ser registrada no diário de classe.
- e) A nota atribuída ao discente será semestral, por componente curricular, de 0 a 10, sendo que a nota final (NS) será o somatório das avaliações parciais do semestre.
- f) O aluno deve ter aproveitamento igual ou superior a 60% no cômputo das notas semestrais. ($NS \geq 6$ resultado que APROVA O ALUNO; $NF < 6$ resultado que implica realização da prova de recuperação final).
- g) O aluno que não obtiver NS igual ou superior a 6 em mais de uma unidade curricular deverá fazer provas de recuperação final (NF), independentemente da quantidade de unidades curriculares em que não tenha conseguido atingir a média mínima.
- h) A prova de recuperação final (NF) terá pontuação de 0 a 10.
- i) A prova de recuperação final será uma avaliação do conteúdo trabalhado no qual o aluno não logrou êxito no módulo. $NF \geq 6$ resultados que APROVA O ALUNO; $NF < 6$ resultados que REPROVA O ALUNO).

- j) Uma vez cumprido o requisito de frequência mínima igual a 75% do cômputo total das aulas do ano, concluirá o módulo o aluno que: (I) após as provas de recuperação final obtiver NF igual ou superior a 6 em todas as componentes curriculares; e (II) após as provas de recuperação final não obtiver NF igual ou superior a 6 em até duas componentes curriculares haverá sistema de dependência direcionado aos estudantes que se encontrem nessa última situação.

16.3. Possibilidades de recuperação do aprendizado e progressão nos estudos

Caberá à instituição oferecer as condições favoráveis à aprendizagem de todos os estudantes, inclusive quando apresentam defasagens em suas trajetórias escolares. Nesse sentido, a LDB (Lei nº 9.394/96) em seu artigo 24, inciso V, preconiza que a verificação do rendimento escolar observará, entre outros critérios, a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar.

Cabe ressaltar que partindo do pressuposto de que todos são capazes de aprender, torna-se necessário cumprir o que está previsto na LDB (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 12 no qual prevê que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência, dentre outras, de prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento. No mesmo sentido, o artigo 13 ratifica essa concepção e explica que é dever do professor estabelecer estratégias de recuperação aos alunos na situação em tela, de forma que seu processo de aprendizagem não seja prejudicado.

A recuperação é, portanto, um direito e facultada a todos os estudantes para os componentes curriculares nos quais seu aproveitamento for inferior a 60% (ou seja, quando sua nota for inferior a 6 pontos). Esse procedimento deve ser organizado para atender os problemas específicos de aprendizagem, e isso não ocorre em igual quantidade em todos os componentes curriculares nem em épocas pré-determinadas no ano letivo. A recuperação da aprendizagem precisa ser imediata e contínua, assim que forem constatadas situações de dificuldades na aprendizagem.

O professor deverá adotar, ao longo do módulo/componente curricular, a prática de recuperação paralela e contínua de competências e habilidades, que terão reflexos nas notas/conceitos ao final do módulo/componente curricular. A nota/conceito da avaliação de recuperação não implicará redução da média do módulo, prevalecendo o aspecto qualitativo sobre o quantitativo.

Os estudos de recuperação serão planejados pelos professores de cada componente curricular, sob a supervisão da Coordenação do curso. O estudante é responsável por assegurar sua participação nas atividades de recuperação. Será considerado aprovado o estudante que alcançar no mínimo 60% de aproveitamento nesses estudos.

No que se refere a dependência, entende-se que é a situação em que o (a) estudante não alcançou a nota mínima para aprovação, isto é, teve um desempenho inferior a 60% em até dois componentes curriculares ao final do módulo. O (A) estudante nesta situação será aprovado em regime de progressão parcial (dependência). Nesse caso ele (ela) poderá progredir para outro módulo, cursando paralelamente a(s) dependência(s).

Cabe ao Conselho definir as possibilidades de prosseguimento no curso para estudantes em dependência, de acordo com o seu itinerário formativo, ficando a matrícula do estudante subordinada a esta indicação.

De acordo com o Art. 76 da Resolução nº35/2020/CS/IFB os estudantes que não atingirem 60% da pontuação prevista nas avaliações parciais somativas serão garantidos estudos e avaliação de recuperação paralelos ao longo do período letivo.

§ 1º Os estudos a serem avaliados no processo de recuperação devem visar à construção de saberes ainda não adquiridos pelo estudante ao longo do período.

§ 2º Os estudos de recuperação serão seguidos da aplicação de novo instrumento avaliativo, não podendo ser idêntico ao utilizado anteriormente.

§ 3º A pontuação total do novo instrumento avaliativo será equivalente àquela do anteriormente aplicado para recuperar os estudos pertinentes a este instrumento, devendo ser registrado o melhor resultado obtido pelo estudante, isto é, a maior nota.

§ 4º A avaliação da recuperação paralela está vinculada à participação dos estudantes nas atividades de recuperação, podendo ser organizados projetos de complementação de estudos, bem como diferentes metodologias e instrumentos de avaliação que favoreçam a aprendizagem.

§ 5º Para cada avaliação registrada no sistema poderá ser realizado processo de recuperação paralela seguido de nova avaliação.

§ 6º Caso o estudante não alcance o desempenho mínimo por meio da recuperação paralela, pode ser aplicada atividade de recuperação final a critério do docente.

§ 7º Caso o docente opte pela aplicação de avaliação de recuperação final, esta deve abarcar todos os estudos realizados no período letivo, devendo ser registrado o melhor resultado obtido pelo estudante, isto é, a maior nota.

O aluno que for retido em qualquer componente curricular terá direito à promoção parcial e deverá ser matriculado no período letivo subsequente, desde que:

I – Não tenha sido retido em mais de dois componentes curriculares ou em componente curricular que seja pré-requisito, nos cursos subsequentes e concomitantes, cujos módulos sejam dependentes (Art. nº79 da Resolução nº35/2020/CS/IFB).

§ 1º Nos cursos subsequentes e concomitantes, cujos módulos são todos independentes (que é a proposta desse Plano de Curso), observando-se a disponibilidade de vagas, o aluno poderá se matricular em qualquer módulo ofertado, sendo automaticamente aproveitados, com as respectivas notas, os resultados dos componentes curriculares já cursados com aproveitamento.

§ 2º O regime de dependência poderá ser abreviado, não sendo obrigatório o cumprimento de uma quantidade mínima de dias letivos e carga horária, desde que sejam desenvolvidas as habilidades e competências previstas no Plano de Ensino. No caso de componentes curriculares práticos, o regime de dependência pode ser realizado em turmas regulares e com comparecimento às aulas, ou por meio de projetos.

§ 3º O estudante que tiver sido retido por não ter alcançado 60% (sessenta por cento) da pontuação das avaliações poderá, a critério do docente, realizar apenas as avaliações no ano/semestre seguinte, sem obrigatoriedade de comparecimento às aulas.

§ 4º No caso de reprovação nos processos de dependência, em diferentes módulos ou períodos, o estudante não poderá cursar mais de 4 (quatro) componentes curriculares em dependência, devendo ser retido no módulo.

16.4. Conselhos de Classe

O Conselho de Classe é um importante espaço de discussão, reflexão, participação coletiva e de autoavaliação das práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito de cada turma e da instituição de ensino. Como espaço democrático de debate, esse conselho possibilita visão geral do desenvolvimento educacional do estudante, da turma, das práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor, da intervenção da Equipe Pedagógica, da Coordenação Geral de Assistência Estudantil (CDAE) e da gestão do *Campus* no contexto escolar. O Conselho se constitui como um canal imprescindível de crescimento coletivo com vistas ao aperfeiçoamento permanente do processo de ensino e da aprendizagem. A organização do Conselho de Classe é de responsabilidade da Coordenação Pedagógica.

São membros obrigatórios das reuniões do Conselho de Classe: coordenação pedagógica do *Campus*, a coordenação do curso, professores da turma, os professores

conselheiros da turma eleito pelos estudantes e um representante predefinido da coordenação de assistência estudantil e inclusão social. O Conselho de Classe será presidido pela Coordenação Pedagógica ou por um dos servidores integrantes do conselho, em consenso entre os pares.

Estudantes representantes da turma, eleito por seus pares participam do Conselho de Classe em momento pré-definido pela Coordenação Pedagógica, para tratar de demandas da turma.

Os Conselhos de Classe deverão considerar as especificidades dos cursos e têm funções consultivas, prognósticas, diagnósticas e deliberativas. As datas deverão ocorrer em períodos estabelecidos no Calendário Acadêmico, sendo no mínimo duas reuniões, sendo uma formativa e outra final para cada módulo.

São atribuições do Conselho de Classe:

I – Apresentar os avanços e as dificuldades da turma quanto à aprendizagem e às relações interpessoais.

II – Verificar a necessidade de readequar o trabalho pedagógico, sugerindo alternativas, metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes na condução do processo de ensino aprendizagem.

III – Deliberar sobre medidas pedagógicas, visando superar dificuldades de aprendizagem.

IV – Acompanhar a frequência dos estudantes, definindo medidas para promover sua permanência.

18. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO PARA O RECONHECIMENTO DE SABERES

Entende-se por conhecimentos e experiências o conjunto de vivências e elaborações prévias dos estudantes que lhes permite avaliar, analisar, fazer escolhas e atuar da maneira mais adequada dentro das especificidades da formação técnica. O *campus* realizará processo de reconhecimento de saberes por meio da avaliação teórico-prática do estudante, no período de inscrição previsto no Calendário Acadêmico, mediante solicitação formal em formulário próprio no Registro Acadêmico do *campus*.

As solicitações de reconhecimento de saberes serão organizadas pelo Coordenador de Curso com o apoio da Coordenação Pedagógica do *campus*. Será instituída uma Comissão Avaliadora por curso, composta pelo Coordenador de Curso, um representante da Coordenação Pedagógica ou equivalente e pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares objeto de reconhecimento. A Comissão Avaliadora deverá aplicar avaliações

teórico-práticas conforme as especificidades de cada componente curricular, devendo o resultado final ser “aprovado” ou “não aprovado”, considerando-se aprovado o estudante com rendimento superior a 60% (sessenta por cento) na avaliação. A Comissão Avaliadora terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para executar todo o processo a partir do término do prazo de inscrições. A Comissão Avaliadora deverá elaborar um relatório contendo descrição do processo de aplicação das avaliações e os resultados finais; e encaminhá-lo ao Coordenador do Curso (Resolução nº35/2020/CS/IFB).

O aluno não aprovado no exame de certificação de competência deverá cursar o componente curricular e não poderá realizar novo exame para o mesmo componente curricular. Sendo vedada a certificação de competência em componente curricular em que o requerente tenha sido reprovado.

19. INFRAESTRUTURA

18.1. Coordenações de apoio ao ensino

Coordenações	Descrição
Biblioteca	A Biblioteca tem por finalidade prestar serviços e informações que contribuam para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão do <i>Campus</i> Planaltina. Localizada próxima ao Prédio Pedagógico, possui ambientes de estudo individual e em grupo, além de banheiros em um espaço físico total de 783,52m ² . Conta com condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tais como rampas de acesso e salas situadas em único piso. Também conta com computadores com acesso à internet, wifi, sistema de segurança e climatização. O acervo é voltado às áreas de Ciências Agrárias e Ciências Biológicas, com destaque para Agroindústria, Agropecuária, Agroecologia e Biologia, além de uma ampla coleção de Literatura e obras destinadas ao Ensino Médio Integrado, bem como, aos cursos superiores e cursos técnicos Subsequentes ao Ensino Médio. É composto por livros, periódicos e obras de referência somando 15.000 volumes informatizados em base de dados, assim como os serviços de reserva, empréstimo e renovação. No que tange a assinatura de revistas científicas, é possível o acesso ao Portal de Periódicos Capes dentro do Instituto pela rede local e acesso remoto por meio do CAFE — Comunidade Acadêmica Federada. O acesso aberto à literatura técnico-científica produzida por servidores e alunos pode ser realizado via Repositório Institucional (http://siabi.ifb.edu.br/). A consulta ao acervo e o acesso ao espaço físico da Biblioteca é permitido ao corpo discente, docente, técnico-administrativo, funcionários terceirizados e comunidade externa. Mobiliários e equipamentos estão à disposição dos usuários. Para mais informações, consulte o Regulamento do Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília (Resolução nº 010/2014/CS/IFB/FB) e as Normas para Utilização dos Espaços Físicos do IFB – <i>Campus</i> Planaltina.
NAPNE	O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE é um núcleo consultivo vinculado a DREP que tem o objetivo de criar, na instituição, a cultura da "educação para a convivência" e aceitação da diversidade. O Núcleo responde pelas atividades de inclusão no <i>Campus</i> e é criado por meio de portaria. O trabalho desenvolvido pelo núcleo é regulado

	<p>pela Resolução nº 024/2013/CS/IFB, tendo sua equipe composta por no mínimo três servidores, sendo um deles o coordenador e outro o secretário, podendo ser técnicos ou docentes do campus, e equipe multiprofissional voluntária. São consideradas atribuições do núcleo:</p> <p>a) Atendimento de pessoas com necessidades específicas (deficiência, superdotação/altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento) no <i>Campus</i>.</p> <p>b) Criação e revisão de políticas visando à inserção de questões relativas à inclusão na educação profissional e tecnológica, em âmbito interno ou externo do <i>Campus</i>.</p> <p>c) À promoção de eventos que envolvam a sensibilização e formação de servidores para as práticas inclusivas em âmbito institucional.</p> <p>d) Articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, uso e desenvolvimento de tecnologia assistiva, além de material didático pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas.</p> <p>e) Desenvolvimento de seus trabalhos de forma, prioritariamente, vinculada a extensão.</p> <p>f) Prestar assessoria aos dirigentes do <i>Campus</i> em questões relativas à inclusão.</p> <p>g) Auxiliar, com o apoio da DREP e demais setores, a adequação curricular, conforme programas definidos.</p> <p>O NAPNE atua de forma articulada com as demais coordenações de apoio ao ensino do campus, de forma a acompanhar o processo de acesso, permanência e êxito dos alunos com necessidades específicas.</p>
CDAE	<p>A CDAE atua em conjunto com as Coordenações de Assistência Estudantil dos campi, propõe e avalia a política de assistência estudantil, auxilia o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) no processo de inclusão social de discentes, realiza ou propõe estudos que viabilizem o acompanhamento e identificação dos motivos das desistências e evasões de discentes, propondo ações para solucionar os principais problemas levantados, alimenta o sistema adotado para a Assistência ao Estudante, elabora parecer, planos, projetos e relatórios técnicos próprios do serviço social. A CDAE possui uma equipe mínima de servidores composta por um assistente social, um psicólogo, um pedagogo e três assistentes de alunos que desenvolvem um trabalho regulamentado por resolução interna e implementa uma política nacional de assistência estudantil. Além disso, realiza a mediação dos serviços internos de suporte social e de saúde para o encaminhamento de alunos e orientações familiares.</p>

18.2. Unidades Educativas de produção - UEPs

UEP	Principais itens de estrutura
Laboratório de Análises de Solo	Estrutura equipamentos e insumos para análises.
Agroindústria	Estrutura equipamentos e insumos para o processamento de leite, frutas e carnes. Laboratório de microbiologia e análises físico-químicas.
Apicultura	Aproximadamente 15 colmeias de abelhas do gênero <i>Apis</i> , centrífuga, fumegadores, EPs e demais ferramentas para atividade com abelhas do gênero <i>Apis</i> .
Bovinocultura	Curral de manejo de baixo estresse, tronco de contenção com balança eletrônica, sala de ordenha mecanizada 6x3, tanques de expansão para

	resfriamento do leite, estrutura e utensílios para o processamento de leite, rebanho de aproximadamente 100 animais, de diferentes categorias, para a produção de leite e 60 animais, de diferentes categorias para corte. Material e equipamento para inseminação artificial e uma tropa de cavalos para o manejo dos bovinos.
Avicultura	Seis galpões de 90 metros quadrados usados para a produção de aves e experimentos com aves de corte e postura. Laboratório com 4 chocadeiras elétricas com capacidade para incubação de 480 ovos de galinha cada. É mantido um plantel de aproximadamente 150 galinhas de postura e frangos de corte decorrentes de ensaios.
Caprino e Ovinocultura	Rebanho de aproximadamente 60 ovinos de diferentes categorias, e 20 cabras. Apresenta capril e espaço para o manejo dos animais
Suinocultura	Matrizes e instalações para um sistema de criação misto.
Mecanização Agrícola	Tratores agrícolas, semeadora, roçadeiras, conjunto para fenação, colhedoras de forragem, grades aradoras, grades niveladoras e grades terraceadoras, perfuradores de solo, subsoladores, arado de discos, distribuidores de calcário, micro tratores equipados com roçadeiras e capinadeiras, enxada rotativa, encanteirador tratorizado, distribuidor de sementes e fertilizantes a lanço, trituradores de galhos, carretas agrícolas, pulverizador de barras, colhedora de cereais com plataforma para colheita de milho e para cereais em geral, retroescavadeira, carretas basculantes, carretas graneleiras e ferramentas tais como compressores de ar, parafusadeiras, inversoras de solda, corte à plasma e diferentes conjuntos de chaves para a realização da manutenção das máquinas.
Olericultura	Duas estufas para cultivo no tamanho de 8x50m sendo uma delas equipada com sistema de hidroponia para produção de hortaliças. Área para plantios de aproximadamente 1ha com sistemas de irrigação por aspersão e gotejamento
Piscicultura	6 tanques de piscicultura, extrusadora de rações; dois galpões para apoio com equipamentos e estrutura para ensaios com peixes.
Agroecologia	Galpão de 600 metros quadrados para a realização de atividades práticas, três estufas agrícolas para a produção de hortaliças e plantas medicinais, área demonstrativa de adubos verdes e agroflorestal e uma ampla área experimental. Viveiro especializado na produção de mudas de espécies nativas do cerrado
Fruticultura	Pomar de aproximadamente 5ha de plantas cítricas, aproximadamente 1ha de banana de variedades, plantios de maracujá, goiaba, pitaya e duas estufas destinadas à produção de mudas frutíferas e cultivo de frutíferas em ambiente protegido. Lavoura de café arábica cultivar catuaí.
Culturas Regionais e Anuais	Área de aproximadamente 30 ha onde são cultivadas especialmente graníferas para a alimentação dos animais do campus. Pivô central com 18 ha.
Jardinocultura	Viveiro para a produção de mudas ornamentais e ferramentas para atividades práticas de jardinocultura realizadas nos jardins do <i>Campus</i> .
Fábrica de Rações	Triturador de grãos, misturador de rações assim como balanças. Realiza a aquisição de ingredientes e realiza o preparo de rações para as diferentes categorias animais do <i>Campus</i> .
Equoterapia	Equinos especializados para a equoterapia, selaria, sala de atendimento especializado, tronco de contenção e sala de professores.
Laboratório de Topografia/ Geotecnologias	Teodolito, estação total, nível ótico e GPs de navegação.

A coordenação da fazenda e das respectivas UEPs é realizada pela coordenação de produção. O planejamento e a condução das atividades realizadas em cada uma das UEPs são feitos pelos servidores de referência que podem ser professores ou técnico administrativos, juntamente com os professores responsáveis pelos componentes curriculares que desenvolvem atividades de ensino e pesquisa naquela UEP. A maioria das UEPs possuem um técnico responsável e servidores terceirizados para a condução das atividades diárias e atendimento às atividades didáticas.

Para suprir a demanda de água para esses diferentes sistemas de produção o Campus possui três barramentos para preservação de água a qual é conduzida à maior parte dos locais por gravidade. Recentemente essa água passou a ser conduzida por uma rede de aproximadamente 5.000m de tubulação de cano PVC em virtude do detrimento em canais de terra. Para o abastecimento de água potável o Campus possui rede de distribuição própria de água extraída de um poço artesiano, com uma estrutura de armazenamento suficiente para o abastecer o *Campus* por até 2 dias.

18.3. Auditórios

ESPAÇO	DESCRIÇÃO
Auditório Amantino Maciel	Localizado no prédio da Biblioteca
Auditório	2º andar do Prédio Administrativo
Miniauditório	2º andar do Prédio de Ensino
Sala Buriti	Localizado no prédio da Agroecologia

18.4. Espaços esportivos

ESPAÇO/ DESCRIÇÃO
Quadra Coberta (demarcada para as modalidades Basquete, Futsal e Voleibol)
Quadra Aberta (demarcada para as modalidades de Voleibol, Futsal e Handebol)
Campo de Futebol (com pista de corrida em chão batido)
Quadra de Vôlei de Areia
Sala de Múltiplas Atividades

18.5. Laboratórios

ESPAÇO/ DESCRIÇÃO
Laboratório de Desenho Técnico
Laboratório de Ensino de Física
Laboratório de Informática
Laboratório de Microscopia
Laboratório de Música
Laboratórios da Agroindústria

Laboratório de Processamento de Alimentos (Panificação e Confeitaria)
Laboratório de Biotecnologia de Alimentos
Laboratório de Microbiologia Geral
Laboratório de Higiene e Esterilização de Materiais
Laboratório de Físico-Química de Alimentos
Laboratório de Solos e Águas
Laboratórios integrantes do espaço CEBio
Laboratório de Botânica e Ecologia
Laboratório de Anatomia e Zoologia
Laboratório de Ensino Paulo Freire
Laboratório de Biologia geral

18.6. Residência estudantil

18.7. Unidade de alimentação e nutrição (UAN)

18.8. Salas de aula

20. CORPO TÉCNICO E DOCENTE

Cargo	Titulação	Quantidade
Professor EBTT - 707001	Doutorado	16
	Mestrado	6
	Especialização	0
Professor	Área de formação	Componente Curricular
Raphael Maia Aveiro Cessa/ Hamilton Marcos Guedes	Engenheiro Agrônomo/ Engenheiro Agrônomo	Ciência do solo
Dirceu Macagman	Engenheiro Agrônomo	Manejo de pragas, doenças e plantas daninhas
Ilvan Medeiros Lustosa Junior	Engenheiro Florestal	Gestão Ambiental e Agroecologia
Frederico Pinto da Silva/ Etelvino Rocha Araújo	Engenheiro Agrônomo/ Engenheiro Agrônomo	Construções rurais e topografia
Heloisa Alves Sousa Falcão	Engenheira de Alimentos	Processamento Agroindustrial
Todos os docentes do módulo		Práticas Profissionais Orientadas I
Adilson Jayme de Oliveira/ Vicente de Paulo Borges V. da Silva	Engenheiro Agrônomo/ Engenheiro Agrônomo	Associativismo e Extensão Rural
Nilton Nélio Cometti/ Caio	Engenheiro	Mecanização e Irrigação

Vinicius Leite	Agrônomo/ Engenheiro Agrônomo	
Luciano Rezende Moreira	Engenheiro Agrônomo	Culturas anuais
Antônio José Pacheco Leão/ Mônica Alves de Macedo	Engenheiro Agrônomo/ Engenheiro Agrônomo	Culturas Perenes
Todos os docentes do módulo		Práticas Profissionais Orientadas II e II
Edilene C. S. Marchi	Engenheiro Agrônomo	Jardinagem e Paisagismo
André Ferreira Pereira	Engenheiro Agrônomo	Olericultura
Elisa Pereira Bruziguessi	Engenheiro Florestal	Silvicultura
Bruno Ceolin da Silva/ Vinicius Machado dos Santos	Zootecnista/ Zootecnista	Apicultura e Piscicultura
Júlio César Bertolluci Murad Vinicius Machado dos Santos	Zootecnista/ Zootecnista	Avicultura e suinocultura
Anna Carolina da Costa/ Carlos Gustavo Santos Ribeiro	Médica veterinária/médico veterinário	Bovinocultura
Ronaldo Liberato Dourado/ Carlos Gustavo Santos Ribeiro	Zootecnista/ médico veterinário	Alimentação Animal e Forragicultura
Adilson Jayme de Oliveira	Engenheiro Agrônomo	Gestão e Empreendedorismo Rural
Alessandra Ferreira da Silva	Médica veterinária	Caprinocultura e Ovinocultura
Cargo	Jornada trabalho	Quantidade
Administrador (PPCIFE) - 701001	40 horas semanais	2
Assistente de aluno (PPCIFE) – 701403	20 horas semanais	1
	40 horas semanais	4
Assistente em administração (PPCIFE) - 701200	40 horas semanais	12
Assistente social (PPCIFE) - 701006	40 horas semanais	2
Aux. Em administração (PPCIFE) - 701405	40 horas semanais	2
Bibliotecário-documentalista (PPCIFE) - 701010	40 horas semanais	2
Contador (PPCIFE) - 701015	40 horas semanais	1
Enfermeiro-área (PPCIFE) - 701029	30 horas semanais	1
Engenheiro agrônomo (PPCIFE) - 701086	40 horas semanais	1
Médico veterinário (PPCIFE) – 701048	40 horas semanais	1
Nutricionista-habilitação (PPCIFE) - 701055	40 horas semanais	1
Pedagogo-área (PPCIFE) - 701058	40 horas semanais	2
Porteiro (PPCIFE) - 701458	40 horas semanais	1
Psicólogo-área (PPCIFE) - 701060	40 horas semanais	1

Técnico de tecnologia da informação (PPCIFE) - 701226	40 horas semanais	2
Técnico de laboratório área (PPCIFE) - 701244	40 horas semanais	5
Técnico em agropecuária (PPCIFE) - 701214	40 horas semanais	4
Técnico em alimentos e laticínios (PPCIFE) – 701215	40 horas semanais	1
Técnico em assuntos educacionais (PPCIFE) - 701079	40 horas semanais	2
Técnico em contabilidade (PPCIFE) - 701224	40 horas semanais	2
Técnico em mecânica (PPCIFE) - 701245	40 horas semanais	1
Técnico em secretariado (PPCIFE) - 701275	40 horas semanais	1
Tecnólogo - formação (PPCIFE) - 701081	40 horas semanais	1
Zootecnista (PPCIFE) - 701085	40 horas semanais	1

21. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Será concedido ao estudante concluinte do curso técnico em agropecuária, na forma subsequente ao ensino médio, o diploma com habilitação Técnico em agropecuária-eixo tecnológico recursos naturais-acompanhado de histórico escolar.

Será concedido ao estudante concluinte do módulo assistente agrícola o certificado de qualificação profissional em assistente agrícola, acompanhado de histórico escolar.

Será concedido ao estudante concluinte do módulo agricultor polivalente o certificado de qualificação profissional em agricultor polivalente, acompanhado de histórico escolar.

Será concedido ao estudante concluinte do módulo produtor em pecuária polivalente o certificado de qualificação profissional em produtor em pecuária polivalente, acompanhado de histórico escolar.

Os estudantes com necessidades especiais têm garantido o direito à terminalidade específica, quando esgotadas todas as possibilidades de adaptações curriculares que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem, após parecer de equipe multicomponente curricular composta por membros do NAPNE, professores do estudante, Coordenador de Curso (CC) e Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DREP), seja em virtude de suas deficiências ou, no caso de estudantes com altas habilidades, para aceleração dos estudos a fim de concluírem em menor tempo o programa escolar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, MINISTÉRIO DE TRABALHO. Futuro do Trabalho. Mapeamento de competências demandadas pelo setor produtivo. Reunião ABDI e SETEC/MEC. Março de 2019.

BARBOSA, E. F. & MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013.

BECK, Caio. **Alexander Kapp**: o primeiro andragogo. Andragogia Brasil, 2015. Disponível em: <<https://andragogiabrasil.com.br/alexander-kapp/>> Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n.248, p. 27833-841, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964**. Altera a denominação de Escola de Iniciação Agrícola, agrícolas e agrotécnicas.

BRASIL. **Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967**. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os Órgãos de Ensino do Ministério da Agricultura e dá outras Providências.

BRASIL. **Decreto nº 4.506, de 26 de dezembro de 1978**. O Colégio Agrícola incorpora-se à Rede de Ensino Oficial do Distrito Federal, com a mesma denominação de Colégio Agrícola de Brasília.

BRASIL. **Decreto nº 82.711, de 23 de novembro de 1978**. Dispõe sobre a transferência do Colégio Agrícola de Brasília para o Distrito Federal e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 90.922, de 06 de fevereiro de 1985**. Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau.

BRASIL. **Decreto nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002**. Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5452, de 1 de maio de 1943, e a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1997, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 93.94, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras prioridades.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. 3ªEd. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Comum Curricular – Etapa Ensino Médio**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>>.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Brasília, DF, 22 nov. 2018. Seção 1, p. 21.

CATÁLOGO Nacional de Cursos Técnicos. Ministério da Educação, 3ª edição. 2014.

DRAGO, C.C. A. **Formação humana no ensino médio integrado**: o que dizem as pesquisas. Trabalho Necessário – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 15, Nº28/2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados do Censo 2019 publicados no site em 13 de outubro de 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Conselho Superior. **Resolução nº 18/2009, de 18 de agosto de 2009**. Aprova, ad referendum do Conselho Superior, o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Brasília. Conselho Superior, 2009. Disponível em https://www.ifb.edu.br/attachments/1699_RESOLU%c3%87%c3%83O%20tN%c2%ba%20018-2009GABIFB-Reitoria%20-%20Aprova%20Estatuto%20do%20IFB.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Conselho Superior. **Resolução nº 24/2013, de 16 de outubro de 2013**. Regulamenta o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE. Brasília. Conselho Superior, 2013. Disponível em https://www.ifb.edu.br/attachments/5694_024_Regulamento%20Napne.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Conselho Superior. **Resolução nº 10/2014, de 14 de março de 2014**. Aprova o Regulamento do Sistema de Biblioteca do Instituto Federal de Brasília. Brasília. Conselho Superior, 2014. Disponível em https://www.ifb.edu.br/attachments/article/6397/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2010_%20Regulamento%20do%20Sistema%20de%20Bibliotecas%20do%20Instituto%20Federal%20de%20Brasilia.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Conselho Superior. **Resolução nº 16/2016, de 07 de junho de 2016**. Aprova alterações no [Regulamento de Estágio Supervisionado dos cursos de nível médio profissional e de graduação do Instituto Federal de Brasília – IFB](#),

aprovado pela Resolução nº 010-2012 /CS-IFB. Brasília. Conselho Superior, 2016. Disponível em <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/RESOLU%C3%87%C3%83O%20n%C2%BA%20016-2016-CS>
IFB%20Aprova%20altera%C3%A7%C3%B5es%20na%20altera%C3%A7%C3%B5es%20regulamento%20est%C3%A1gio.pdf

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Conselho Superior. **Resolução nº 32/2019, de 10 de setembro de 2019.** Aprova as diretrizes para a Educação a Distância do Instituto Federal de Brasília, Ciência e Tecnologia – IFB. Brasília. Conselho Superior, 2019. Disponível em https://www.ifb.edu.br/attachments/article/19574/RESOLU%C3%87%C3%83O%2032_2019%20-%20RIFB_IFB%20-%20Aprova%20as%20diretrizes%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20Dist%C3%A2ncia%20do%20Instituto%20Federal%20de%20Bras%C3%ADlia,%20Ci%C3%A2ncia%20e%20Tecnologia%20%E2%80%93%20IFB..pdf

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Conselho Superior. **Resolução nº 35/2019, de 01 de novembro de 2019.** Regulamenta as atividades complementares no âmbito do IFB. Brasília. Conselho Superior, 2019. Disponível em https://www.ifb.edu.br/attachments/article/19574/RESOLU%C3%87%C3%83O%2035_2019%20-%20RIFB_IFB%20-%20Regulamentar%20as%20atividades%20complementares..pdf

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Conselho Superior. **Resolução nº 35/2020, de 11 de setembro de 2020.** Altera o Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio do Instituto Federal de Brasília (IFB) aprovado pela Resolução CS/IFB nº 10/2013, e estabelece o Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio Subsequente nas modalidades presencial e a distância. Brasília. Conselho Superior, 2020. Disponível em https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2035_2020_Regulamento%20do%20Ensino%20T%C3%A9cnico%20de%20N%C3%ADvel%20M%C3%A9dio%20Subsequente.pdf

ROCHA, H. M.; LEMOS, W. M. **Metodologias ativas:** do que estamos falando? Base conceitual e relato de pesquisa em andamento. IX SIMPED –Simpósio Pedagógico e Pesquisas em Educação, 2014.

ANEXO I - FORMULÁRIO DE INTEGRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA FORMULÁRIO DE INTEGRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

IDENTIFICAÇÃO DO DISCENTE	
Nome:	Matrícula:
	Turma:

Venho solicitar à Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária o reconhecimento das atividades complementares abaixo relacionadas. Segue em anexo, cópia da documentação referente.

ATIVIDADES DE ENSINO (Carga horária máxima 50h)	Carga horária da atividade	Nº do Doc.	Documentos comprobatórios ⁴
<input type="checkbox"/> Participação em projetos de ensino.			
<input type="checkbox"/> Monitoria em componente curricular da formação técnica integrada.			
<input type="checkbox"/> Cursos de formação complementar específica (idiomas, desenho técnico, formação musical, fotografia, esporte, informática, programação, desenvolvimento de sistemas, escola ou temas semelhantes).			
ATIVIDADES DE PESQUISA (Carga horária máxima 50h)			
<input type="checkbox"/> Apresentação de trabalho em eventos científicos.			
<input type="checkbox"/> Participação em eventos científicos.			
<input type="checkbox"/> Participação em pesquisa.			
<input type="checkbox"/> Publicação de resumos, artigos, capítulos de livros.			
<input type="checkbox"/> Organização ou publicação de livro.			
ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Carga horária máxima 50h)			
<input type="checkbox"/> Cursos de extensão em área específica ou áreas afins.			
<input type="checkbox"/> Cursos FIC articulados ao itinerário formativo do curso.			
<input type="checkbox"/> Projetos e serviços tecnológicos.			
<input type="checkbox"/> Ações de extensão/Dia de campo.			
<input type="checkbox"/> Visitas técnicas extracurriculares.			
ATIVIDADES DE AÇÃO SOCIAL (Carga horária máxima 50h)			

⁴ Os documentos devem ser numerados. Exemplos: certificados, declarações, publicação da Revista/aceite etc.

<input type="checkbox"/> Participação como representante discente de turma.			
<input type="checkbox"/> Participação como representante em órgãos e entidades estudantis, de classe, sindicais ou comunitárias e movimentos sociais.			
<input type="checkbox"/> Atividade voluntária articulada ao curso.			
PRÁTICA PROFISSIONAL (Carga horária máxima 50h)			
<input type="checkbox"/> Estágios curriculares não obrigatórios.			
<input type="checkbox"/> Atividade laboral, prática profissional orientada desenvolvida em ambientes de aprendizagem e produção (Não referente ao PPO).			
<input type="checkbox"/> Incubação de empresas.			
<input type="checkbox"/> Produção de obras audiovisuais.			
<input type="checkbox"/> Demais atividades características da prática profissional. (Não referente ao PPO).			
Total			

Eu, _____
_____, matrícula _____, declaro, para fins avaliativos junto ao IFB *campus*
Planaltina, que os comprovantes entregues são cópias autênticas dos originais.

Planaltina - DF ____/____/____

Assinatura do(a) aluno(a)

Resultado da Avaliação: (a ser preenchido pela Coordenação do Curso)
O aluno cumpriu as exigências constantes no Plano de Curso 2021:
 SIM NÃO

Assinatura do Coordenador

ANEXO II - FORMULÁRIO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR

PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI)

DADOS DO ESTUDANTE	
Foto do Aluno	Nome:
	Matrícula:
	Necessidade Específica:
	Telefone:
	E-mail:

Orientações do NAPNE

Curso:					
Ano:		Turno:		Turma:	
Comp. Curricular:		Docente:			
Carga Horária:		Hora-aula:		Qtd. Aulas	

PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI)

Metodologia de Ensino
Recursos Necessários

Avaliação
Adequação:
Base Tecnológica
Habilidades
Competências
Adequação das Competências e Habilidades
Referências Bibliográficas

Planaltina - DF, de de

Estudante

Responsável

Docente

Coordenação Pedagógica

Coordenação de Curso

Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais

ANEXO III – MODELO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
BRASÍLIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

NOME COMPLETO DO ALUNO

CURSO

Brasília - DF

Mês/Ano

NOME COMPLETO DO ALUNO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Relatório de Estágio apresentado ao
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA –
Campus _____, como requisito
parcial para obtenção do título de

Professor (a) orientador (a):

Brasília – DF

Mês/Ano

DADOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ESTUDANTE

Nome do(a) estagiário(a):

Curso:

Campus:

Matrícula:

Estágio Obrigatório

Estágio não Obrigatório

Período do

/ / a / /

Estágio:

Carga Horária do Estágio:

Professor(a) Orientador(a):

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Concedente:

Privada

Pública

Cooperativa

Nome da Concedente:

Área de Atuação da Concedente:

Setor da Concedente onde o Estágio foi Realizado:

Produtos ou Serviços Prestados pela Concedente:

Supervisor(a) na Concedente:

CASOS DE APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES COMO ESTÁGIO

Atividade:

Iniciação Científica

Extensão

Monitoria

CASOS DE RECONHECIMENTO DE PRÁTICA PROFISSIONAL COMO ESTÁGIO

Motivação do reconhecimento de prática profissional como estágio obrigatório:

Atuação como empregado em instituição pública ou privada na área de formação do curso.

Atuação como empresário na área de formação do curso.

Atuação como autônomo na área de formação do curso.

1.

INTRODUÇÃO

Parte inicial do texto na qual devem constar:

1.1 Informações gerais sobre o curso do IFB;

1.2 Circunstâncias do estágio: obrigatório ou não obrigatório, carga horária, período de realização, módulo do curso, nome do orientador e nome do supervisor.

1.2.1 Para os casos de aproveitamento das atividades de pesquisa, monitoria e extensão ou de reconhecimento de prática profissional, deve ser feito um breve relato sobre circunstâncias de realização.

1.3 Caracterização da empresa ou instituição concedente abrangendo os seguintes aspectos: tipo de concedente (privada, pública, profissional liberal, cooperativa), localização, área de atuação no mercado, setor de realização do estágio, produtos comercializados ou serviços prestados.

2. DESENVOLVIMENTO

Parte principal e mais extensa do relatório composta pela exposição detalhada do desenvolvimento do estágio. Devem ser abordadas:

2.1 Descrição pormenorizada das atividades desempenhadas, a execução do Plano de Atividades, os procedimentos e métodos adotados, os equipamentos manuseados, os locais visitados e as dificuldades enfrentadas.

2.2 Relação entre o conteúdo estudado nas disciplinas do curso do IFB e as atividades praticadas.

2.3 Propostas ou sugestões para resoluções dos problemas encontrados.

Nesta seção podem ser incluídas reflexões teóricas que alicerçam práticas profissionais e acrescentadas tabelas, fórmulas, desenhos, fotografias, organogramas, mapas e gráficos com o objetivo de ilustrar e melhorar a compreensão da experiência de estágio.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte final do texto que deve conter uma reflexão e avaliação sobre a realização do estágio/atividade e sua contribuição para formação profissional do estudante. Deve ser

registrado o que o aluno aprendeu com o estágio/atividade, contemplando aspectos positivos e negativos desta experiência prática. A partir da vivência do estágio/atividade, o estudante deve relatar suas perspectivas com o mercado de trabalho relacionado à sua área profissional.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Parte do texto que abrange a relação das referências bibliográficas completas, caso na Introdução, Desenvolvimento ou Conclusão constem referências a materiais consultados (livros, artigos, pesquisas, notas técnicas, documentos).

PARECER FINAL

O (a) aluno (a) _____ foi APROVADO(A) no estágio curricular supervisionado, cumprindo carga horária de _____ horas.

Data da aprovação: _____ de _____ de _____.

Professor(a) Orientador(a) do Estágio

Documento Digitalizado Público

Plano de Curso Técnico em Agropecuária na Forma Subsequente ao Ensino Médio

Assunto: Plano de Curso Técnico em Agropecuária na Forma Subsequente ao Ensino Médio
Assinado por: Alessandra Silva
Tipo do Documento: Plano de Curso Técnico
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Alessandra Ferreira da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 13/10/2021 11:39:55.

Este documento foi armazenado no SUAP em 13/10/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 273387

Código de Autenticação: ccac16b166

